XEROX DE LEIS ORDINÁRIAS 2001



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 406 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001.

ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA PARA O EXERCÍCIO DE 2002.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Fiscal do Município da Estância Turística de Holambra, para o Exercício de 2002, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ 12.900.000,00 discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações contantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1- ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES	**R$**	**11.702.000,00**
Receita Tributária	R$	1.815.000,00
Receita Patrimonial	R$	143.000,00
Receita de Serviços	R$	110.000,00
Transferências Correntes	R$	8.836.000,00
Outras Receitas Correntes	R$	798.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**R$**	**2.125.000,00**
Alienação de Bens	R$	70.000,00
Transferências de Capital	R$	2.000.000,00
Outras Receitas de Capital	R$	55.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**13.827.000,00**
-Deduções para Formação do FUNDEF	R$	927.000,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**R$**	**12.900.000,00**

Artigo 3° - A despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei.

1-POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Administração Direta

01-Legislativa.....	R$	453.100,00
02-Judiciaria.....	R$	85.400,00
04-Administração.....	R$	1.751.500,00
06-Segurança Pública.....	R$	396.000,00
08-Assistência Social.....	R$	584.500,00
09-Previdência Social.....	R$	29.000,00
10-Saúde.....	R$	1.889.000,00
12-Educação.....	R$	4.085.700,00
13-Cultura.....	R$	88.000,00
15-Urbanismo.....	R$	1.504.000,00
17-Saneamento.....	R$	630.000,00
20-Agricultura.....	R$	78.000,00
22-Indústria.....	R$	10.000,00
23-Comércio e Serviços.....	R$	128.000,00
26-Transporte.....	R$	701.800,00
27-Desporto e Lazer.....	R$	341.000,00
28-Encargos Especiais.....	R$	115.000,00
99-Reserva de Contingência.....	R$	30.000,00
TOTAL.....	**RS**	**12.900.000,00**

Artigo 4° - Fica o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias, autorizado a:

I- Realizar Operações de Crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II- Abrir Créditos Adicionais suplementares até o limite de 35%(trinta e cinco por cento), do orçamento das despesas, nos termos do artigo 7°, da Lei n° 4320/64

III- Transpor, remanejar ou transfeir recursos, até o limite de 15%, nos termos do inciso VI, artigo 167, da Constituição Federal;

IV- Contingenciar dotações de despesas, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor em 1° de Janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Dezembro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 405 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2001.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2002/2005.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º. Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2002/2005, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 1º da Constituição Federal, estabelecendo para o período os programas com seus respectivos objetivos, indicadores de custo e metas da Administração Pública Municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração contínua, na forma do anexo que faz parte integrante desta Lei.

Artigo 2º. Os programas a que se refere o artigo anterior definidos a partir das diretrizes gerais fixadas pela Portaria nº 42, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, constitui o elo básico de integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a programação estabelecida no Orçamento Anual, correspondentes aos exercícios abrangidos pelo período do Plano.

Artigo 3º. O Poder Executivo realizará atualização dos programas e metas constantes desta Lei, de suas alterações para os exercícios seguintes, quando da elaboração de suas propostas de diretrizes orçamentárias, orientando o estabelecimento de prioridade e metas para o exercício subseqüente.

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as metas e atualizar os valores dos programas quando da elaboração dos orçamentos anuais.

Artigo 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Dezembro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

PROTOCOLO
Nº de Ordem _____
Fls. Nº _____ Livro Nº _____
Data _____/_____/_____

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Código/ Programa	PROGRAMA	OBJETO	META	Recurso
010	Processo Legislativo	Garantir o exercício da função da Câmara Municipal Dar suporte para o perfeito funcionamento da Câmara Municipal.	Realizar as sessões necessárias e fiscalizar a ação governamental Construção do Prédio da Câmara Municipal Aquisição de Equipamento e Material Permanente para a Câmara Municipal	Município
021	Defesa do Consumidor	Proteger o consumidor em geral, proporcionando melhor atendimento e satisfação pessoal nas compras em geral.	Manter as Unidades de Fiscalização nas questões de consumo.	Município
041	Planejamento Governamental	Atender satisfatoriamente os projetos voltados às ações governamentais, fazendo parte do planejamento sistêmico tais como Plano Diretor, Orçamentos e Leis voltadas às ações e governo.	Formalização e acompanhamento dos convênios. Formalizar os planos de ação governamental e orçamento anual. Implantar sistema informatizado nas diversas unidades administrativas. Promover a capacitação profissional dos servidores municipais. Desenvolver indicadores de custo e de avaliação de resultados dos programas.	Município
045	Gestão Político Administrativo	Proporcionar ao executivo e assessoria condições de cumprir os objetivos voltados aos planos governamentais.	Manter as atividades do Gabinete do Prefeito e das assessorias. Aquisição de Equipamentos e material permanente para o gabinete.	Município
046	Suporte Administrativo	Modernizar as dependências do Gabinete do Prefeito, Departamentos de administração e almoxarifado.	Reformar prédio do Paço Municipal. Aquisição de equipamentos e mobiliários para a Administração. Construção de Almoxarifado, adequado para armazenamento de produtos devidamente informatizado.	Município
047	Organização e modernidade Administrativa	Modernização dos Departamentos e instalação em prédio próprio do Legislativo e Executivo. Monitoramento e busca de novos convênios, objetivando recursos financeiros para o Município.	Modernização dos Departamentos do Executivo e legislativo objetivando eficácia dos programas de trabalho. Aquisição de terreno para a construção de Paço Municipal. Construção do novo Paço Municipal com	Município e Convênios com outras esferas de governo.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

047			instalações adequadas aos serviços prestados à coletividade Holambrense. Criar a Defesa Civil. Criar convênio com o Estado para a Implantação do Banco do Povo. Manutenção de Prédio para abrigar a Polícia Militar (Convênio com o Estado). Construção de Prédio para abrigar a Polícia Civil (convênio com o Estado)	
056	Gestão Financeira	Fomentar o Departamento de Finanças para dispor de condições de aprimorar-se, fiscalizar e recepcionar recursos dentro da Lei Complementar 101/00.	Manter as unidades de administração fazendária.	Município
060	Operação de Controle Interno	Harmonização dos Departamentos objetivando racionalização dos serviços e eficiência no controle interno.	Manter as unidades de contabilidade pessoal, almoxarifado e patrimônio, integrados na transparência do Controle Interno.	Município
061	Controle de Custos e Controle de Resultados	Levantar custos nos Departamentos e realização de obra, buscando eficácia na realização dos projetos.	Aprimorar o sistema de custos nos departamentos dando ênfase às obras realizadas	Município e convênio com outras esferas de governo.
070	Fiscalização e Controle de uso do Solo	Aprimoramento das legislações existentes e complementares com novas leis condições de fiscalização em todo o município.	Fiscalizar e aplicar a Legislação Vigente.	Município
078	Treinamento de Pessoal	Equipar a Prefeitura Municipal com pessoal treinado e eficiente buscando eficiência no atendimento ao cliente em potencial que é o contribuinte e o cidadão Holambrense.	Formação e treinamento de pessoal para melhor atender a comunidade e criação de cursos profissionalizantes o que certamente dará à comunidade novas oportunidades de mercado de trabalho.	Município e convênios com outras esferas de governo.
081	Vigilância diurna e noturna do patrimônio público	Proteção do Patrimônio do Município e de toda a Comunidade.	Construção do prédio para sede da Guarda Municipal. Construção de postos de Guarda Municipal nos bairros da zona rural do Município. Construção de Guaritas de segurança nas entradas da cidade. Aquisição de equipamentos e veículos para aprimoramento dos serviços da guarda municipal. Criação da Guarda Municipal Ambiental.	Município e outras esferas de governo.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

081			Criar plano Municipal de Segurança	
085	Integração Social do Idoso	Dar condições humanas e de melhor qualidade de vida ao idoso residente no município, objetivando que o mesmo tenha aprendizado na terceira idade e viva intensamente a experiência da velhice.	Promover cursos de qualificação para a terceira idade. Ampliação e reforma do prédio do clube da terceira idade. Construção do Centro Social do Idoso.	Municípios e outras esferas de governo.
090	Integração Social do Deficiente Físico	Desenvolver atividades sociais e de integração do deficiente na comunidade.	Aquisição de terreno para construção da Oficina Abrigada. Construção e Aquisição de Materiais Permanentes para a Oficina Abrigada. Promover cursos de qualificação profissional. Manter as atividades do Projeto Oficina abrigada. Criar e manter o Projeto sorrir.	Município e convênios firmados com outras esferas de governo.
100	Atividades do Conselho Tutelar	Juntamente com o Conselho Tutelar, atender a clientela carente, disponibilizando condições de integração aos menores.	Disponibilizar recursos financeiros para as despesas do Conselho.	Município e outras esferas de governo.
105	Atividades do Fundo Social de Solidariedade	Aquisição de terreno para a construção da sede do Fundo Social de Solidariedade. Construção e aquisição de equipamentos permanentes para o Fundo Social de Solidariedade. Disponibilizar recursos financeiros para a manutenção do Fundo Social de Solidariedade.	Atender o Fundo Social com recursos econômicos e humanos, visando complementar a lacuna existente na comunidade.	Município e convênios firmados com Secretaria de Estado.
110	Contribuição Patronal da Previdência Social e INSS.	Atender dispositivos constitucionais da Previdência Social.	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento das contribuições sociais.	Município
111	Contribuição Patronal regime estatutário	Cumprir os objetivos propostos na Legislação da Previdência.	Atender a legislação vigente no que tange ao funcionário estatutário.	Município
120	Atendimento Integral a Saúde	Proporcionar a toda a comunidade condições de atendimento satisfatório na Saúde, no cumprimento das ações propostas do Financiamento das Ações e Serviços de Saúde, em cumprimento da Emenda Constitucional n. 29/2000.	Manter as unidades básicas de saúde, dando atendimento à clientela necessitada de tratamento na Saúde, PSF – Programa da Saúde da Família, Programa Dose Certa, Programa Saúde Mental, Programa de Saúde a Criança, Programa de Saúde do Idoso, Campanhas de	União, Estado e o Município.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

120		Equipar o Departamento de Saúde e dotar de melhorias para erradicação de possíveis epidemias, proporcionando preventivamente atendimento eficaz para toda a comunidade.	Vacinação, Oftalmo, Prevenção de Câncer no Colo Uterino e Programa da saúde da mulher. Construção de Posto de Saúde nas Zonas Rural e Urbana do Município. Manutenção, melhoria, ampliação e aquisição de equipamentos para a Policlínica Municipal. Construção, equipamentos, manutenção e contratação de pessoal para o laboratório de Análise Clínicas Municipal. Realização de ações, campanhas e controle para erradicação de epidemias. Aquisição de veículos, equipamentos e aparelhos necessários para exames de laparoscopia, ultra-sonografia e reposição de outros equipamentos hospitalares. Reformar e ampliar as instalações das unidades de saúde e centro de reabilitação. Criação de farmácia especifica de medicamentos genéricos. Plano de Saneamento Básico. Plano imunológico(vacina e soros) Realização de Convênios com Hospitais, para atendimen to de nossos Munícipes. Participar de Consórcio Regional de Saúde.	
121	Atendimento Odontológico	Fomentar em toda a comunidade programas de Saúde bucal, principalmente no tratamento preventivo.	Atendimento preventivo ao cidadão com projetos voltados à saúde bucal – Projeto sorriso e saber. Construção de Centro Odontológico. Aquisição de equipamentos e manutenção de Centro Odontológico.	Município e o Estado.
135	Programas desenvolvidos pela SUCEN	Realizar conjuntamente com a Sucem o combate de doenças transmissíveis e preventivamente cuidar da saúde pública.	Combate a epidemias, combate a dengue e doenças transmissíveis.	Município e o Estado.
140	Combate à desnutrição Infantil	Atendimento a toda mulher grávida que necessite de acompanhamento até o nascimento da criança, proporcionando nutrição adequada para disponibilidade do leite maternal.	Humanização do parto e atendimento à mãe para não ficar desnutrida e acompanhamento da criança para não ficar desnutrida.	Município e o Estado.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

142	Merenda Escolar	Atender a clientela estudantil, dando condições de eficiência no aprendizado. Proporcionar melhores condições de trabalho e racionalidade na distribuição da Merenda.	Fornecimento de merenda escolar aos alunos do ensino infantil e fundamental. Aquisição de equipamentos de copa e cozinha. Construção de depósito para recepção, armazenamento e distribuição de Merenda escolar. Construção e Equipamentos de cozinha Piloto, para elaboração da Merenda Escolar.	Município
150	Ensino Fundamental de 1.ª a 8.ª série	Atender com eficiência e segurança os alunos que freqüentam o ensino fundamental em próprios da municipalidade, onde o professor disporá de melhores condições de ensino.	Construção reforma e Manutenção de escolas. Adquirir equipamentos e material permanente de uso escolar. Realizar cursos de qualificação para professores da rede municipal. Construção e cobertura de quadras poliesportivas nas escolas da cidade.	Município e o Estado.
156	Transporte Universitário	Incentivar o estudante no aprimoramento e continuidade dos estudos, na busca de melhores condições de trabalho.	Dar condições financeiras ao Estudante Universitário residente em Holambra, para deslocamento às universidades.	Município
160	Assistência Integral à Criança de 0 à 06 anos	Manter as creches e pré-escolas em condições satisfatórias de atendimento, primando pela qualidade do ensino e aproveitamento dos recursos disponíveis.	Manutenção de creches e pré-escolas. Construção de escolas de ensino infantil e reforma das unidades existentes. Adquirir veículos e material permanente de uso escolar. Construção reforma e ampliação de creches na zona urbana e rural da cidade.	Município e o Estado.
165	Alfabetização de Adultos	Alfabetizar o adulto objetivando competição no mercado de trabalho e dando-lhe oportunidade de adquirir cultura em seu meio social.	Preparar o adulto para competitividade na demanda do trabalho. Criação de cursos profissionalizantes. Escola Profissionalizante	Município
170	Promoção de eventos culturais	Desenvolver várias atividades fluidas da comunidade e do meio estudantil, assim como também trazer de outras regiões experiências no meio cultural tais como; dança, feiras, artesanato etc. Dar continuidade à realização da Expoflora,	Promoção de eventos culturais, esportivos e lazer. Incentivar realização da Expoflora, Hortitec, Enflor e fermentar a comunidade e principalmente o Departamento de Cultura a desenvolver eventos voltados às várias classes	Município e convênios firmados com outras esferas de governo.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

170		atualmente com renome nacional.	sociais de Holambra. Manutenção de atividades culturais, grupos de danças e feiras de artesanato.	
171	Atividades da Biblioteca Municipal	Atender a clientela estudantil e a comunidade interessada em aprimorar-se e desenvolver atividades voltadas ao conhecimento.	Dotar a biblioteca pública municipal de mais livros e obras voltadas ao ensino e formação cultural do cidadão. Aquisição de Equipamentos de informática e implantação de acesso a Internet para melhor atender a clientela estudantil e a comunidade. Construção de Prédio para a Biblioteca Pública municipal.	Município e outras esferas de governo.
172	Organização do Arquivo Histórico do Município	Disponibilizar para a comunidade material substancial originado por nossos colonizadores, registrando a história do povo de Holambra.	Criar o arquivo histórico com a história de holambra primeiro colonizadores e desenvolvimento da cidade, principalmente dar ao Jovem Holambrense consciência de sua história. Construção de Prédio para abrigar o Museu Histórico da cidade. Aquisição de equipamentos e manutenção do museu Histórico de Holambra.	Município e o Estado.
180	Obras e Equipamentos Urbanos	Equipar o Departamento de condições satisfatório para atender os projetos básicos desenvolvidos no município, voltados a obras e infra-estrutura.	Dotar o departamento técnico de obras de equipamentos básicos para o desenvolvimento da cidade e realização de obras voltadas aos projetos sociais. Infra – estrutura urbana voltada às atividades turísticas da cidade, por tratar-se de Estância Turística. Obras de Guias e Sarjetas, Galerias e pavimentação na área urbana e de expansão urbana da cidade. Obras de pavimentação asfáltica nas vias públicas localizadas no bairro Vila Nova. Construção de praças nas áreas da zona urbana e rural do município. Obras de terraplanagem, arborização e ajardinamento nas áreas verdes situadas na	Município e Estado e União.

180			Zona Urbana e Rural do Munício, além das margens das Rodovias. SP 107 no trecho entre as divisas do Município. Colocação de placas indicativas de sinalização de trânsito nas Ruas e Avenidas, como também nas estradas da cidade, seguindo padronização com visual destaque. Colocação de placas de identificação de vias e logradouros no município. Execução de obras de calçamento em prédios próprios da municipalidade, e em Imóveis onde o proprietário não cumpriu a Lei Municipal 081/94. Iluminação Pública nas ruas, praças, áreas verdes e Avenidas, assim como nas estradas que necessitem este melhoramento. Aquisição de área para implantação de Centro de Lazer do Trabalhador do bairro Palmeiras. Implantação de ciclovias nas ruas, avenidas e estradas de nossa cidade. Remodelação do trevo da avenida Rota dos Imigrantes com a Rodovia SP-107. Término da construção do anel viário. Construção do Parque Ecológico. Construção dos portais de entrada ao município com local para guarda municipal e rádio base.	
181	Serviços de utilidade Pública	Realizar várias obras e serviços essenciais no município, objetivando melhorias nos serviços urbanos.	Promover os serviços essenciais voltados ao bem estar do cidadão, destinando o lixo domiciliar em aterro sanitário, limpeza da cidade e recolhimento de entulhos. Aquisição e instalação de equipamentos para incineração do lixo hospitalar. Implantação de radares eletrônicos para controle de velocidade em ruas, avenidas, estradas e rodovias em perímetro urbano, protegendo o cidadão. Construção de terminal rodoviário coberto. Implantação de abrigos padronizados nos	Município, Estado e União.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

181			pontos de ônibus de linhas municipais e intermunicipais. Construção do velório municipal Construção de prédio para o projeto Oficina Abrigada.	
190	Política Habitacional à População Carente	Dar condições de moradia a comunidade de Holambra, proporcionando segurança para o trabalhador e sua família.	Aquisição de áreas para construção de casas populares inclusive através de convênios com o Estado, protegendo a família de baixa renda. Aquisição de áreas e obras de infra-estrutura para implantação de loteamento popular de lotes urbanizados.	Município e o Estado.
200	Captação Tratamento e Distribuição de Água e Esgoto	Objetiva melhor captação de água e qualidade da mesma para o cidadão, protegendo-o juntamente com sua família uma vida mais saudável.	Perfuração de poços profundos (poços artesianos). Construção de depósitos e caixas elevatórias de água. Implantação e ampliação de rede de distribuição de água. Conclusão e ampliação da E.T.A (Estação de Tratamento de Água). Saneamento básico em pequenas localidades. Ampliação de E.T.E. (Estação de Tratamento de Esgoto) da cachoeira. Construção de E.T.E'S nos bairros chácaras Camanducaia, Chácaras Santo Antonio, e Chácaras de Recreio Danúbio Azul. Implantação e ampliação de rede coletora de esgoto.	Município e o Estado.
202	Coleta e Disposição do Lixo Domiciliar	Recolhimento do lixo e processamento do mesmo com segurança, através de usina de lixo e de aterro sanitário, proporcionando ao cidadão Holambrense melhores condições de saúde.	Participar de Consórcio Inter-Municipal. Realizar a coleta de lixo em 100% da zona urbana. Realizar coleta de lixo na zona rural. Implantar coleta seletiva de lixo. Realizar a coleta de lixo em 100% dos imóveis urbanos. Adquirir equipamentos para coleta de lixo domiciliar.	Município, União e o Estado.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

202			Aquisição de área e realização de obras para ampliação do aterro sanitário. Instalação de uma usina de reciclagem de lixo, com implantação de processo seletivo dos materiais coletados. Manutenção da coleta, tratamento e disposição final de lixo hospitalar com empresa especializada devidamente autorizada pela Cetesb. Manutenção reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para central de embalagens de agrotóxicos.	
203	Defesa contra Inundações	Proteção dos mananciais e combate à erosão.	Obras para contenção de enchentes nos bairros Chácara Camanducaia, Chácaras Santo Antonio e Chácaras de Recreio Danúbio Azul. Combate à erosão e proteção aos mananciais existentes.	Município e o Estado.
204	Preservação e Controle Ambiental	Aprimorar os serviços já dispendidos na recuperação das matas ciliares e proteger o meio ambiente.	Recuperação das matas ciliares para proteção dos recursos hídricos. Criar áreas de proteção ambiental (APA'S) e áreas de relevante interesse ecológico (ARIES'S). Criar coordenadoria de Meio Ambiente. Obras de despoluição em córregos e represas da cidade, afetadas pelo lançamento de esgotos. Realizar estudos hídricos, construção de açudes e represas para armazenamento de água. Criação do CONDEMA-Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; - Código Municipal do Meio Ambiente; -Fundo Municipal do Meio Ambiente.	Município e de outras fontes
210	Assistência Técnica Agrícola	Atender ao pequeno agricultor no desenvolvimento de suas ações voltadas ao projeto agrícola local.	Integrar associação de desenvolvimento rural, integrado e sustentado das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, em convênio com o Governo Federal no Projeto Banco da Terra.	Município e de outras fontes

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Mauricio de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

210			Assistir o pequeno agricultor com tecnologia, equipamentos modernos, objetivando melhor produtividade. Aquisição de áreas e obras de infra-estrutura para implantação de loteamento na zona rural do município denominados AGRO-VILAS, objetivando manutenção do homem no campo. Construção e ampliação de viveiros de mudas municipal para dar apoio ap pequeno agricultor. Manutenção e aquisição de equipamentos para patrulha agrícola com objetivo de atender o pequeno agricultor e incentiva-lo a educação e aprimoramento contínuo, participando de palestras e cursos, dando apoio técnico aos participantes.	
231	Desenvolvimento Industrial	Atender a demanda na instalação de novas industrias	Aquisição de Área para implantação de Distrito Industrial, o que incentivará e fomentará a instalação de empresas em Holambra não poluente.	Município e de outras fontes
260	Construção, melhoria e Conservação de estradas.	Dar condições de trafego nas estradas vicinais, melhorando as existentes e proporcionar aos usuários trafego seguro nas estradas.	Manter o estado de conservação 100% das estradas vicinais. Adquirir equipamentos para manutenção e conservação das estradas vicinais.	Município e de outras fontes
270	Infra-Estrutura Esportiva	Equipar o Departamento de Esportes para atender a demanda da comunidade esportista da comunidade em geral e aos estudantes em geral.	Construção de Ginásio de Esportes em Bairros da Zona Urbana e Rural de Município. Construção de conjuntos poli-esportivos dotados de equipamentos voltados a todas as modalidades esportivas. Manutenção e incremento das atividades esportivas. Construção de um estádio de futebol no loteamento Santo Antonio.	Municípios e de outras fontes
285	Atividades Recreativas	Proporcionar lazer a toda a comunidade com a construção de equipamentos voltados a	Construção de Centros de Lazer nos Bairros da Zona Urbana e Rural do Município.	Município, Estado e União.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

285		eventos esperados pela população.	Construção de Centros Comunitários da Zona Urbana e Rural do Município. Promoção de Eventos Esportivos e de Lazer.	
286	Atividades Turísticas	Fomentar o turismo na cidade, objetivando melhores condições de atendimento ao turista que venha conhecer as belezas naturais de Holambra	Atender a demanda existente e contribuir sobremaneira com toda a comunidade Holambrense, principalmente na geração de empregos, fonte de receitas e projetar o nome de Holambra a nível nacional como a "cidade das flores".	Município, DADE e Outras Fontes.
295	Amortização de Operações de Crédito.	Atender as necessidades para o desembolso dos valores contidos no Orçamento Anual, quitar dívidas junto aos credores.	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento de dívida junto ao INSS e ao Fundo Municipal de Previdência	Município e de outras fontes
296	Precatórios Judiciais	Quitar dívidas e parcelamentos provenientes de precatórios do Município.	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento de precatórios judiciais.	Município e de outras fontes
297	Juros e Encargos Financeiros	Complementar os valores necessários para o pagamento dos encargos da dívida	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento de juros e correção da dívida consolidada.	Município
300	Apoio às Instituições Assistenciais e Filantrópicas	Proteger as entidades assistenciais da comunidade, proporcionando às mesmas condições de atender com segurança a real necessidade da comunidade do município de Holambra.	Disponibilizar recursos financeiros para a concessão de subvenções sociais as entidades assistenciais e filantrópicas que estiverem regularizadas no Departamento de Assistência Social do Município.	Município
302	Transferências do Pasep	Contribuir com o Pasep conforme legislação vigente.	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento das contribuições do PASEP.	Município
303	Transferências do FUNDEF	Atender disposições legais com a transferência dos recursos devidos ao FUNDEF	Disponibilizar recursos financeiros para o pagamento das deduções destinadas ao FUNDEF	Município
304	Custeio da Previdência	Suprir as necessidades financeiras para atender o custo com o pessoal inativo.	Disponibilizar recursos financeiros para o pagamento de aposentados e pensionistas. Criação de Autarquia Municipal Previdenciária que dará sustentação ao Fundo de Previdência aos Funcionários e a Administração Municipal.	Município

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 404 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS OU PRIVADAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA FINS DE RECEBIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS POR AGÊNCIAS BANCÁRIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou contratos com instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Município e autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para fins de recebimento dos tributos municipais, por agências bancárias, para o exercício de 2.002.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento urgente.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra,14 de Dezembro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 403 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E PARCELAMENTO COM O FUNDO DE PREVIDÊNCIA E BENEFÍCIOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento com o Fundo de Previdência e Benefícios dos Funcionários Públicos de Holambra, no importe de R$ 1.336.851,08 (Hum milhão, trezentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oito centavos).

Artigo 2º - As condições de confissão de dívida e parcelamento vão estabelecidas conforme Minuta em anexo, que faz parte integrante da presente Lei, a ser assinado entre o Município da Estância Turística de Holambra e o Fundo de Previdência e Benefícios dos Funcionários Públicos de Holambra.

Artigo 3º - A dívida será quitada em 240 (duzentos e quarenta) parcelas iguais, consoante cálculos atuariais, elaborados junto ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal e Atuário registrado no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA na categoria MIBA, sob o n. 9898 em 14/09/98.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias do orçamento suplementar se necessário.

Artigo 5º - O Poder Executivo firmará o Termo objeto do presente, no prazo de 05 (cinco) dias da publicação desta Lei.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de novembro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 403 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E PARCELAMENTO COM O FUNDO DE PREVIDÊNCIA E BENEFÍCIOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento com o Fundo de Previdência e Benefícios dos Funcionários Públicos de Holambra, no importe de R$ 1.336.851,08 (Hum milhão, trezentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oito centavos).

Artigo 2º - As condições de confissão de dívida e parcelamento vão estabelecidas conforme Minuta em anexo, que faz parte integrante da presente Lei, a ser assinado entre o Município da Estância Turística de Holambra e o Fundo de Previdência e Benefícios dos Funcionários Públicos de Holambra.

Artigo 3º - A dívida será quitada em 240 (duzentos e quarenta) parcelas iguais, consoante cálculos atuariais, elaborados junto ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal e Atuário registrado no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA na categoria MIBA, sob o n. 9898 em 14/09/98.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias do orçamento suplementar se necessário.

Artigo 5º - O Poder Executivo firmará o Termo objeto do presente, no prazo de 05 (cinco) dias da publicação desta Lei.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de novembro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 402 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001

ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 2º DA LEI 154/95 QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DE LIMPEZA DE TERRENOS.

A Câmara Municipal da estância Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica acrescido ao artigo 2º da Lei 154/95, o Parágrafo Único, com a seguinte redação:

"Artigo 2º - .....

Parágrafo único – A notificação de que trata este artigo será feita por carta postada simples e em publicação em jornal local, e contar-se-á o prazo a partir desta última".

Artigo 2º - esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holmbra, 21 de Novembro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 401 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE METAS NO ANEXO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam inclusos no Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os seguintes programas:

Código/ Programa	Programas	Prioridades e metas
10	Processo legislativo	Aquisição de equipamentos e material permanente para o Legislativo Municipal. Construção de prédio para a Câmara Municipal, com instalações adequadas para o desenvolvimento do Legislativo.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de novembro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 400 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A PARTICIPAR DO **"CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE"**, PARA IMPLANTAÇÃO DA FORMA PLENA DE GESTÃO DAS DIRETRIZES DA NORMA OCUPACIONAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a participação do Município da Estância Turística de Holambra integrando pessoa jurídica constituída como "CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE", para implantação da forma plena de gestão das diretrizes da norma ocupacional do Ministério da Saúde, em conjunto com outros Municípios do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - O Consórcio Intermunicipal a que se refere o artigo 1º, tem entre outros objetivos, planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas, destinadas a assegurar assistência médica à população dos Municípios consorciados, nos termos da minuta anexa, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Artigo 3º - Fica concedida isenção de tributos Municipais que incidam ou venham a incidir sobre os bens e serviços do consórcio Intermunicipal.

Artigo 4º - O Executivo, na qualidade de partícipe do ajuste consorcial, deverá prestar contas dos recursos financeiros despendidos na consecução das atividades desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal.

Artigo 5º - Fica o Poder Público Municipal autorizado a abrir crédito especial, no valor exato para o atendimento das despesas decorrentes da execução da presente Lei, podendo ser suplementadas se necessário e devendo ser consignadas, nos orçamentos futuros, dotações para a mesma finalidade.

Artigo 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de novembro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-132
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 399 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, OBJETIVANDO O RECEBIMENTO, EM DOAÇÃO, DE BENS E OBRAS NECESSÁRIAS A SUA RESPECTIVA INSTALAÇÃO, REFERENTES A PROGRAMAS LIGADOS À AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a assinar Termos de Convênios e seus respectivos Aditamentos, com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, visando o recebimento, em doação, de bens e obras necessários para sua respectiva instalação, referentes a Programas de Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Artigo 2º - Os encargos que a Prefeitura vier a assumir em razão da execução do convênio correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas através de Decreto Executivo, se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de novembro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.° 398 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RENOMEAR O LOTEAMENTO URBANO "JARDIM MORUMBI" PARA "RESIDENCIAL VILLA DE HOLANDA"

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a renomerar o loteamento urbano "Jardim Morumbi" como residencial "Villa de Holanda".

Artigo 2° - As alterações constantes do artigo 1° desta Lei serão promovidas junto ao cadastro imobiliário Municipal e órgãos competentes no que couber.

Artigo 3° - As despesas decorrentes desta Lei correrão em orçamento próprio, suplementado se necessário.

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Novembro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 395 DE 26 DE OUTUBRO DE 2001.

DISPÕE SOBRE REGULAMENTAÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E PLANTÕES DE DROGARIAS E FARMÁCIAS DO CENTRO DO MUNICÍPIO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou, e eu, CELSO CAPATO , Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- As Drogarias e Farmácias do centro deverão funcionar normalmente no horário das 7:30 às 19:00 horas de Segunda-feira à Sábado.

Artigo 2º- Nos períodos das 19:00 às 7:30 horas de Segunda-feira à Sábado e das 19:00 horas do Sábado às 7:30 horas da Segunda-feira serão considerados horários de plantão.

Parágrafo 1º - Os horários de plantão serão realizados pelas Drogarias e Farmácias do centro.

Parágrafo 2º - A divisão dos plantões ficará a cargo dos donos das Drogarias e Farmácias, se não houver acordo a Prefeitura e o Departamento de Saúde, ordenará os plantões.

Parágrafo 3º - A escala de plantão deverá ser feita com freqüência , no mínimo trimestralmente e com no mínimo um mês de antecedência .

Parágrafo 4º- As escalas de plantão do dia ou do final de semana deverão ser afixadas no Posto de Saúde, Departamento de Turismo, portas das Drogarias e Farmácias fechadas e deverá ser avisada a Guarda Municipal e Polícia Militar, esclarecendo qual a Drogaria ou Farmácia esta de plantão, endereço e telefone .

Artigo 4º- As Drogarias e Farmácias do centro ficam facultadas em ficarem nos horários de plantão de portas abertas ou fechadas, sendo que estando fechadas deverão deixar o telefone de contato para pronto atendimento do usuário.

Artigo 5º- Só serão vendidos medicações com a devida prescrição médica.

Artigo 6º- Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Outubro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Autoria Vereador Humberto Marino de Lúcia

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 394 DE 15 DE OUTUBRO DE 2001.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 10/93 QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O artigo 16, inciso II, da Lei nº 10/93, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 16 - ....

II- Órgãos de Execução:

a) Gabinete do Prefeito e Dependências;
b) Departamento de Administração;
c) Departamento de Finanças;
d) Departamento de Educação;
e) Departamento de Turismo e Cultura;
f) Departamento de Esportes;
g) Departamento de Saúde e Saneamento;
h) Departamento de Obras e Municipais.

Artigo 2º - O artigo 18, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 18 - ....

2.1- Departamento de Administração:

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

2.1.1- Divisão de Recursos Humanos:
-Serviços de Recrutamento e Seleção;
-Serviços de Manutenção e Pessoal;
-Serviços de Avaliação e Treinamento;
-Serviços de Copa.

2.1.2-Divisão de Patrimônio;
2.2.3-Divisão de Material:
-Serviços de Compras;
-Serviços de Almoxarifado;

2.2- Departamento de Finanças:

2.2.1-Divisão de Tesouraria;
2.2.2-Divisão de Contabilidade;
2.2.3-Divisão de Tributação:
-Serviços de Lançadoria;
-Serviços de Dívida Ativa;

2.3- Departamento de Educação:

2.3.1-Divisão de Creche;
2.3.2-Divisão de Merenda;
2.3.3-Divisão de Biblioteca;
2.3.4-Divisão de Pré-Escola;

2.4- Departamento de Turismo e Cultura:

2.4.1-Divisão de Atendimento Turístico:
-Serviços de Informações;
-Serviços de Eventos e Atividades Turísticas;
-Serviços de Apoio ao Comércio e Atividades afins;

2.4.2-Divisão de Cultura:
-Serviços de Patrimônio Histórico e Cultural;
-Serviços de Eventos e Atividades culturais;
-Serviços de incentivo e Apoio Cultural;

2.5- Departamento de Esportes:

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

2.5.1-Divisão de Esporte e Lazer:
-Serviços de Atividades Competitivas;
-Serviços de Incentivo e Apoio ao Esporte;
-Serviços de Eventos e Lazer;

2.6- Departamento de Obras e Municipais:

2.6.1-Divisão de Obras Públicas:
-Edificações e Vias Urbanas

2.6.2-Matadouro;

2.6.3-Divisão de Limpeza:
-Vias e Logradouros Públicos.

2.6.4-SERM
-Serviços de Estradas de Rodagem Municipais.

2.6.5-Divisão de Desenvolvimento Agropecuário
-Central de Abastecimento.

2.6.6-Divisão de Serviços Funerário.

2.6.7-Divisão de Transporte:
-Oficina
-Garagem

2.7- Departamento de Saúde e Saneamento:

2.7.1-Divisão de Assistência e Saúde:
-Serviços de Atendimento Básico;
-UBS III, UBS II - UBS I;
-Serviços de Atendimento Hospitalar;
-Serviços de Apoio Diagnóstico;

2.7.2-Divisão de Administração:
-Serviços de Pessoal;
-Serviços de Material;

2.7.3-Divisão de e Desenvolvimento Social:

-Serviços de Triagem
-Serviços de Programas Especiais

Artigo 3º - A Seção VII da Lei nº 10/93 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Seção VII
Do Departamento de Turismo e Cultura e Departamento de Esportes.

Artigo 25 - Aos Departamentos de Turismo e Cultura e de Esportes, competem desenvolver junto ao Município o incentivo e proteção a toda atividade turística, cultural e esportiva, através de ações e programas promocionais, educacionais e informativos junto a comunidade local e aos turistas."

Artigo 4º - O Executivo deverá regulamentar por Lei própria, a estrutura dos cargos relativos as alterações da presente Lei, no prazo de 30 dias de sua aprovação.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de Outubro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Artigo 2º - A escritura de doação do bem imóvel deverá ser firmada dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, ficando a cargo da Prefeitura Municipal.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 09 de Outubro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Fl. Nº _____

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 393 DE 09 DE OUTUBRO DE 2001.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO UM ÁREA CORRESPONDENTE A 1.641,89 M2, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município autorizado a receber em doação de **MAURO FOGAÇA**, agricultor, portador da CI/RG nº 8.332.576 e do CPF nº 925.164.758-53 e sua esposa **MARIA DO CARMO SILVA FOGAÇA**, do lar, portadora da CI/RG nº 25.874.917-8 e do CPF nº 070.805.668-78 e **OLGA DIAS FOGAÇA**, viúva, do lar, portadora da CI/RG nº 26.272.358-X e do CPF nº 107.938.428-67, o seguinte bem imóvel assim descrito e caracterizado conforme Memorial Descritivo e Planta Planimétrica em anexo: ***"Gleba "A2" do Sítio Santo Antonio, com área de 1.641,89 m2, ou 0,1642 há., com a seguinte descrição : - Começa a presente descrição no ponto 5, cravado na divisa da gleba A-1 de propriedade do município de Holambra e na margem da Estrada Municipal HBR 210; daí segue confrontando com a Estrada Municipal HBR 210, com rumo e distância de 58º 42' 05". SW e 43,51 metros até o ponto 6; cravado na margem desta estrada confluência com a estrada municipal HBR-382, daí deflete a esquerda e segue confrontando com a estrada municipal HBR 382 com rumo e distância de 24º 37' 17" SE e 31,24 metros até o ponto 7; cravado na margem desta estrada municipal e divisa com a Gleba A-3,daí deflete a esquerda e segue confrontando com a gleba A-3 com rumo e distância de 25º 20' 27" SE e 4,41 metros até o ponto 7a, cravado na divisa da Gleba A-3; daí deflete a esquerda e segue confrontando com o lote desmembrado da Gleba A-3 , com rumo e distância de 60º 50' 30" NE e 47,37 metros até o marco 4c, cravado na divisa da Gleba A-3, remanescente da Gleba A e divisa com a Gleba A-1 de propriedade do município de Holambra; daí deflete á esquerda e segue confrontando com a Gleba A-1 com rumo e distância de 31º 29' 05" NW e 37,00 metros até o marco 5 onde teve início".***

Fl. Nº _____

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 392 DE 31 DE AGOSTO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO SE SANTO ANTONIO DE POSSE, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Município de Santo Antonio de Posse, objetivando a prestação de serviços laboratoriais.

Artigo 2º - As condições para a prestação do sobredito serviço laboratorial, serão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o Município da Estância Turística de Holambra e o Município de Santo Antonio de Posse, conforme a inclusa minuta padrão que faz parte integrante desta Lei.

Artigo 3º - O convênio terá vigência pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 04 (quatro) anos, caso não haja manifestação em contrário por nenhum dos partícipes.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias do orçamento suplementar se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra,
31 de Agosto de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.° 391 DE 06 DE Agosto DE 2001.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA *"MÉDICO DE FAMÍLIA"*,NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica criado no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, e afeto à Diretoria Municipal de Saúde, o PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA "MÉDICO DE FAMÍLIA" como estratégia de mudança do modelo assistencial e em consonância com as diretrizes básicas da Secretaria de Saúde e Ministério da Saúde, a ser prestado por duas equipes de saúde, composta dentre outros por:

I- 01 (um) Médico;
II- 01 (um) Enfermeiro e
III- 02 (dois)Auxiliares de Enfermagem e
IV- 06 (seis) Agentes Comunitários de Saúde.

Artigo 2° - São objetivos do serviço ora criado dentre outros:

I- redução da incidência de doenças evitáveis e detecção precoce das demais;

II- possibilidade do exercício do controle social pela comunidade, no acompanhamento das equipes dos serviços prestados;

III- reorganização e redimensionamento da oferta de serviços em função da morbidade aferida de cada área, levando consequentemente a hierarquização dos serviços.

IV- definição mais objetiva de responsabilidades, através da vinculação da população com os serviços e dos profissionais da equipe com a comunidade assistida.

Artigo 3° - A equipe de Saúde da Família, deverá atuar junto à comunidade, na mobilização e suporte à população na identificação dos fatores determinantes do processo saúde/doença, objetivando a melhoria das condições de vida/saúde, integrando uma maior identidade das famílias com os serviços de saúde.

Artigo 4º- As equipe da Saúde da Família, terá por incumbência o atendimento de uma clientela adstrita de 800 (oitocentos) a 1000 (mil) famílias, observadas a definição da base territorial, trabalhando dentre outros as condições locais de vida, os agravos a que estão expostos, integrando os serviços de acordo com as reais necessidades da população.

Artigo 5º - As visitas às famílias atenderão à periodicidade necessária ao fornecimento de orientações de várias naturezas, bem como deverá a equipe acompanhar as internações domiciliares por ela definida.

Artigo 6º - O Executivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, por Decreto, determinará as demais normas da Lei, estabelecendo dentre outros as diretrizes de trabalho das equipes na área de atuação.

Artigo 7º - Fica o Executivo autorizado a firmar os convênios necessários para o recebimento das verbas do Ministério da Saúde para implantação do Programa de saúde da Família.

Artigo 8º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, a contratar em caracter excepcional e por prazo determinado os profissionais a que se refere o artigo 1º, incisos I a IV, desta Lei.

Artigo 9º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 06 de Agosto de 2001.

CELSO GAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

EDSON APARECIDO MASSARO
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 390 DE 09 DE JULHO DE 2001.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMUTRAN - COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo1º - Fica criada, no Município da Estância Turística de Holambra a COMUTRAN – Comissão Municipal de Trânsito.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Trânsito terá por finalidade assessorar a Administração Municipal nos seguintes tema:

I - Sinalização do trânsito urbano da cidade;

II - propor medidas que visem a segurança de pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas no tocante à circulação de veículos;

III - apresentar um plano de recuperação de vias públicas da cidade;

IV - propor ou promover cursos de formação para estudantes e a população em geral, relativos às normas de trânsito vigentes.

Artigo 3º - A Comissão Municipal de Trânsito será composto de :

I - 1 (um) titular e 1 (um) suplente do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal;

II - 1 (um) titular e 1 (um) suplente da Polícia Civil, representante da CIRETRAN;

III -1 (um) titular e 1 (um) suplente do Pelotão da Polícia Militar;

IV -1 (um) titular e 1 (um) suplente da Guarda Municipal;

V - 1 (um) titular e 1 (um) suplente dos despachantes e auto-escolas da cidade;

VI -1 (um) titular e 1 (um) suplente dos motoristas de taxi que atuam na cidade;

VII - 1 (um) titular e 1 (um) suplente da Associação Comercial e Industrial;

VIII - 1 (um) titular e 1 (um) suplente das escolas públicas e particulares da cidade;

IX - 1 (um) titular e 1 (um) suplente das transportadoras particulares da cidade.

Artigo 4º - A Comissão Municipal de Trânsito será regulamentada mediante Decreto do Executivo, notadamente no que tange ao seu funcionamento.

Artigo 5º - Os membros da COMUTRAN não serão remunerados, sendo seus serviços reconhecidos como de relevantes serviços públicos.

Artigo 6º - A COMUTRAN será presidida por membros escolhidos pelos seus pares, bem como o secretário, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para mais um mandato.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 09 de julho de 2001.
Autoria: JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

EDSON APARECIDO MASSARO
Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 389 DE 06 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei orçamentária para o *exercício financeiro de 2002* e *dá outras providencias.*

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estabelece as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2002, orienta a elaboração da respectiva Lei orçamentária e dispõe sobre assuntos determinados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º. A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e indireta, observando-se os seguintes objetivos:

I - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;

II - municipalização integral do ensino fundamental, da primeira à oitava série;

III - dar apoio aos estudantes carentes, de prosseguirem seus estudos no ensino médio e superior;

IV – promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;

V – restruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e de arrecadação;

VI - assistência à criança e ao adolescente;

VII - melhoria da infra-estrutura urbana;

VIII – oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, através do Sistema Único de Saúde (SUS);

IX – austeridade na gestão dos recursos públicos;

X – princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária.

XI - desenvolver a infra-estrutura urbana voltada as atividades turísticas da cidade.

Art. 3º. A Câmara Municipal deverá enviar sua proposta Orçamentária ao Executivo até trinta (30) dias úteis antes do prazo de encaminhamento do projeto de Lei orçamentária ao Legislativo.

Parágrafo único - O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal até sessenta (60) dias antes do prazo de encaminhamento do projeto de Lei orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2002, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo.

Art. 4º. O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta Lei, no artigo 165, §§ 5.º, 6.º; 7.º e 8.º, na

Constituição Federal, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, assim como, na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - A Lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal;

II - o orçamento da seguridade social.

Art. 5º. A proposta orçamentária para o ano 2002, conterá as metas e prioridades estabelecidas no anexo que integra esta Lei e ainda as seguintes disposições:

I - as unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o ano em curso consideradas as suplementações, ressalvados os casos de aumento ou diminuição dos serviços a serem prestados;

II - na estimativa da receita considerar-se-á a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;

III - as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em julho de 2001, observando a tendência de inflação projetada;

IV - somente poderá incluir novos projetos, desde que devidamente atendidos aqueles em andamento constante do relatório de projetos anexo a esta Lei, bem como após contempladas as despesas de conservação com o patrimônio público;

V - não poderá prever como receitas de operações de crédito montante que seja superior ao das despesas de capital, excluídas as por antecipação da receita orçamentária;

VI - os recursos legalmente vinculados a finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Parágrafo único. Os projetos a serem incluídos na Lei orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

Art. 6º. Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, deverão os Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, por decreto e ato da mesa, determinar a limitação de empenho, objetivando assegurar o equilíbrio entre a receita e a despesa.

Parágrafo único - A limitação de que trata este artigo será determinada por unidades orçamentárias e terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação.

Art. 7º. Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo por ato próprio deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º. - As receitas, conforme as previsões respectivas, serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º. - A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 8º. Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou beneficio tributário que importem em renúncia de receita deverão obedecer às disposições da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, especialmente ao que dispõe seu art. 14, devendo estar acompanhados do demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro.

Parágrafo único - Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de débitos cujos montantes sejam inferiores aos dos respectivos custos de cobrança.

Art. 9º. O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de Lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salários, incluindo:

I - a concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;

II - a criação e a extinção de cargos ou empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira;

III - o provimento de cargos ou empregos e contratações de emergências estritamente necessária, respeitada a legislação municipal vigente.

Parágrafo único - As alterações autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 10. O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com a dos 11 (onze) meses imediatamente anteriores, apuradas ao final de cada quadrimestre, não poderá exceder o percentual apurado sobre a receita corrente líquida do exercício anterior, acrescido de até 10% (dez por cento), em termos percentuais.

§ 1° - O limite de que trata este artigo não poderá ultrapassar o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
II - 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2° - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o "*caput*" deste artigo;

IV - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos provenientes:

a)da arrecadação de contribuições dos segurados;

b)da compensação financeira de que trata o § 9°. do art. 201 da Constituição Federal.

V - das demais receitas diretamente arrecadadas pelo fundo vinculado à previdência municipal.

Art. 11. No exercício de 2002 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos nos incisos I e II do parágrafo primeiro do artigo anterior desta Lei, exceto no caso das convocações extraordinárias da Câmara Municipal, somente poderá ocorrer quanto destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade devidamente comprovado.

Parágrafo único. A autorização para realização de serviços extraordinário, no âmbito do Poder Executivo nas condições estabelecidas no "caput" deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal

Art. 12. No exercício de 2002 o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas custeados com recursos orçamentários ficará a cargo de comissões instituídas no âmbito de cada Poder.

§ 1º. - As comissões encaminharão relatórios ao responsável pelo controle interno e ao Chefe do respectivo Poder até trinta (30) dias após o encerramento de cada trimestre civil, apontando os custos apurados e a avaliação dos resultados, tudo ao menos por projeto e atividade.

§ 2º. - Os relatórios serão divulgados por afixação e permanecerão disponíveis para exame de qualquer cidadão.

Art. 13. Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa, considera-se despesa irrelevante, aquela ação cujo montante não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei n.º 8.666 de 1993, alterada pela Lei n.º 9.648 de 1998.

Art. 14. O Poder Executivo poderá até 31 de outubro de 2001 submeter ao Legislativo projetos de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II - revogações das isenções tributárias que contrariem o Interesse público e a justiça fiscal;

III - revisão das taxas, tarifas e preços públicos objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de policia do Município;

IV - atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

Art. 15. A Lei orçamentária anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º - A reserva de contingência será identificada pelo código 99999999 em montante equivalente que compreenda dois por cento (2%) da receita corrente líquida.

§ 2º - Caso a reserva de contingência não seja utilizada até 31 de outubro de 2002 para os fins de que trata o ***caput*** deste artigo, poderá constituir-se em recurso para abertura de outros créditos adicionais.

Art. 16. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal a:

I. – realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II. - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III. – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV. – transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal.

V. – contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os recursos previstos.

Art. 17. Os repasses mensais de recursos ao Poder Legislativo será estabelecido de forma a garantir o perfeito equilíbrio entre a receita arrecadada e a

despesa realizada, obedecendo-se as disposições contidas na Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 18. A concessão de subvenções sociais e auxílios a instituições sem fins lucrativos, que prestem serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação dependerá de autorização legislativa e será calculada com base em unidade de serviços prestados ou postos a disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixado pelo Poder Executivo.

Parágrafo único - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos estatutários de sua criação.

Art. 19. O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados, do Distrito Federal e da União, somente poderão ser realizados:

I - caso se refiram a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;

II - se houver expressa autorização em Lei específica, detalhando o seu objeto;

III - sejam objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

Art. 20. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que possibilitem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 21. Acompanha esta Lei, relatório contendo os projetos em andamento, inclusive aqueles que avançarão para o próximo exercício, em atendimento ao parágrafo único do artigo 45 da L.C.101/00.

Art. 22. Caso o projeto de Lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no art. 35, § 2.º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação.

Art. 23. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 06 de Julho de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

EDSON APARECIDO MASSARO
CHEFE DE GABINETE

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

ANEXO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – Exercício de 2002

Código/ Programa	Programas	Prioridades e Metas
010	Processo Legislativo	Realizar as sessões necessárias e fiscalizar a ação governamental
021	Defesa do Consumidor	Manter as Unidades de Fiscalização nas questões de consumo.
041	Planejamento Governamental	Formalização e acompanhamento dos convênios. Formalizar os planos de ação governamental e o orçamento anual. Implantar sistema informatizado nas diversas unidades administrativas. Promover a capacitação profissional dos servidores municipais. Desenvolver indicadores de custo e de avaliação de resultados dos programas.
045	Gestão Político Administrativa	Manter as atividades do Gabinete do Prefeito e das assessorias. Aquisição de equipamentos e material permanente para o gabinete.
046	Suporte Administrativo	Reformar prédio do Paço Municipal. Aquisição de equipamentos e mobiliários para a Administração. Construção de Almoxarifado, adequado para armazenamento de produtos devidamente informatizado.
047	Organização e modernidade Administrativa	Modernização dos Departamentos do Executivo e Legislativo objetivando eficácia dos programas de trabalho. Aquisição de terreno para construção de Paço Municipal. Construção do novo Paço Municipal com instalações adequadas aos serviços prestados à

		coletividade Holambrense. Criar a Defesa Civil. Criar convênio com o Estado para implantação do Banco do Povo. Manutenção do Posto do INSS em convênio com o Ministério. Construção de Prédio para abrigar a Polícia Militar (Convênio com o Estado). Construção de Prédio para abrigar a Polícia Civil (convênio com o Estado).
056	Gestão Financeira	Manter as unidades de administração fazendária.
060	Operação de Controle Interno	Manter as unidades de contabilidade pessoal, almoxarifado e patrimônio, integrados na transparência do Controle Interno.
061	Controle de custos e avaliação de resultados	Aprimorar o sistema de custos nos departamentos dando ênfase às obras realizadas
070	Fiscalização e Controle de uso do Solo	Fiscalizar e aplicar a Legislação Vigente.
078	Treinamento de Pessoal	Formação e treinamento de pessoal para melhor atender a comunidade e criação de cursos *profissionalizantes o que certamente* dará à comunidade novas oportunidades de mercado de trabalho.
081	Vigilância diurna e noturna do patrimônio público	Construção de prédio para sede da Guarda Municipal. Construção de postos da Guarda Municipal nos bairros da zona rural do Município. Construção de Guaritas de segurança nas entradas da cidade. Aquisição de equipamentos e veículos para aprimoramento dos serviços da guarda municipal. Criação de Guarda Municipal Ambiental
085	Integração Social do Idoso	Promover cursos de qualificação para a terceira idade. Ampliação e reforma do prédio do clube da terceira idade. Construção do Centro Social do Idoso.
090	Integração Social do Deficiente Físico	Aquisição de terreno para construção da Oficina Abrigada. Construção e Aquisição de Materiais Permanentes para Oficina Abrigada. Promover cursos de qualificação profissional. Manter as atividades do Projeto Oficina abrigada . Criar e manter o Projeto sorrir.

100	Atividades do Conselho Tutelar	Disponibilizar recursos financeiros para as despesas do Conselho.
105	Atividades do Fundo Social de Solidariedade	Aquisição de terreno para a construção da sede do Fundo Social de Solidariedade. Construção e aquisição de equipamentos permanentes para o Fundo Social de Solidariedade. Disponibilizar recursos financeiros para a manutenção do Fundo Social de Solidariedade.
110	Contribuição Patronal da Previdência Social e INSS.	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento das contribuições sociais.
111	Contribuição patronal regime estatutário	Atender a legislação vigente no que tange ao funcionário estatutário.
120 120	Atendimento Integral à Saúde	Manter as unidade básicas de saúde, dando atendimento à clientela necessitada de tratamento na Saúde, PSF – Programa da Saúde da Família, Programa Dose Certa, Programa Saúde Mental, Programa de Saúde da Criança , Programa de Saúde do Idoso , Campanhas de Vacinação, Oftalmo, Prevenção de Câncer no Colo Uterino e Programa da saúde da mulher. Construção de Posto de Saúde nas Zonas Rural e Urbana do Município. Manutenção, melhoria, ampliação e aquisição de equipamentos para a Policlínica Municipal. Construção, equipamentos, manutenção e contratação de pessoal para Laboratório de Análises Clínicas Municipal. Realização de ações, campanhas e controle para erradicação de epidemias. Aquisição de veículos, equipamentos e aparelhos necessários para exames de laparoscopia, ultrasonografia e reposição de outros equipamentos hospitalares. Reformar e ampliar as instalações das unidades de saúde e centro de reabilitação. Criação de farmácia específica de medicamentos genéricos. Plano de Saneamento Básico. Plano imunobiológico (vacinas e soros). Realização de Convênios com Hospitais , para atendimento de nossos Munícipes. Participar de Consórcio Regional de Saúde.

121	Atendimento Odontológico	Atendimento preventivo ao cidadão com projetos voltados à saúde bucal – Projeto sorriso e saber. Construção de Centro Odontológico. Aquisição de equipamentos e manutenção de Centro Odontológico.
135	Programas desenvolvidos pela SUCEM	Combate a epidemias, combate a dengue e doenças transmissíveis.
140	Combate à desnutrição Infantil	Humanização do parto e atendimento à mãe para não ficar desnutrida e acompanhamento da criança para não ficar desnutrida.
142	Merenda Escolar	Fornecimento de merenda escolar aos alunos do ensino infantil e fundamental. Aquisição de equipamentos de copa e cozinha. Construção de depósito para recepção, armazenamento e distribuição da Merenda Escolar. Construção e Equipamentos de Cozinha Piloto , para elaboração da Merenda Escolar.
150	*Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série*	Construção , reforma e Manutenção de escolas . Adquirir equipamentos e material permanente de uso escolar. *Realizar cursos de qualificação para professores da rede municipal.* Construção e cobertura de quadras poliesportivas nas escolas da cidade.
156	Transporte Universitário	Dar condições financeiras ao Estudante Universitário residente em Holambra, para deslocamento às universidades.
160	Assistência Integral à Criança de 0 a 6 anos	Manutenção de creches e pré-escolas. Construção de escolas de ensino infantil e reforma das unidades existentes Adquirir veículos e material permanente de uso escolar. Construção, reformas e ampliação de creches na zona urbana e rural da cidade.
165	Alfabetização de Adultos	Preparar o adulto para competitividade na demanda do trabalho. Criação de cursos profissionalizantes.
170	Promoção de eventos culturais	Promoção de eventos culturais, esportivos e lazer. Incentivar realização da Expoflora, Hortitec , Enflor e fomentar a comunidade e principalmente o Departamento de Cultura a desenvolver eventos voltados às várias classes sociais de Holambra. Manutenção de atividades culturais, grupos de danças, corais e feiras de artesanato.

171	Atividades da Biblioteca Municipal	Dotar a biblioteca pública municipal de mais livros e obras voltadas ao ensino e formação cultural do cidadão. Aquisição de equipamentos de informática e implantação de acesso à *Internet* para melhor atender a clientela estudantil e a comunidade. Construção de prédio para biblioteca pública municipal.
172	Organização do Arquivo Histórico do Município	Criar o arquivo histórico com a história de Holambra, primeiros colonizadores e desenvolvimento da cidade, principalmente dar ao Jovem Holambrense consciência da sua história. Construção de Prédio para abrigar o Museu Histórico da cidade. Aquisição de equipamentos e manutenção do *Museu Histórico de Holambra.*
180	Obras e equipamentos urbanos	Dotar o departamento técnico de obras de equipamentos básicos para o desenvolvimento da cidade e realização de obras voltadas aos projetos sociais. Infra-estratura urbana voltada às atividades turísticas da cidade, por tratar-se de Estância Turística. Obras de Guias e Sarjetas, Galerias e pavimentação na área urbana e de expansão urbana da cidade. Obras de pavimentação asfáltica nas vias públicas localizadas no Bairro Vila Nova. Construção de praças nas áreas da zona urbana e rural do município. Obras de terraplanagem, arborização e ajardinamento nas áreas verdes situadas na Zona Urbana e Rural do Município, além das margens da Rod. SP 107 no trecho entre as divisas do Município. Colocação de placas indicativas de sinalização de trânsito nas Ruas e Avenidas, como também nas estradas da cidade, seguindo padronização com visual em destaque. Colocação de placas de identificação de vias e logradouros no município. Execução de obras de calçamento em prédios próprios da municipalidade , e em Imóveis onde o Proprietário não cumpriu a Lei Municipal 081/94.

		Iluminação Pública na ruas, praças, áreas verdes e Avenidas, assim como nas estradas que necessitem este melhoramento . Aquisição de área para implantação do centro de Lazer do trabalhador do bairro Palmeiras. Implantação de ciclovias nas ruas, avenidas e estradas de nossa cidade. Remodelação do trevo da Av. Rota dos Imigrantes com a Rod. SP 107. Termino da Construção do anel viário. Construção de Parque ecológico. Construção dos Portais de entrada ao município, com local para Guarda Municipal e Rádio Base.
181 181	Serviço de utilidade pública	Promover os serviços essências voltados ao bem estar do cidadão, destinando o lixo domiciliar em aterro sanitário, limpeza da cidade e recolhimento de entulhos. Aquisição e Instalação de Equipamentos para incineração do Lixo Hospitalar. Implantação de radares eletrônicos, para controle de velocidade em ruas, avenidas, estradas e rodovias em perímetro urbano, protegendo o cidadão. Construção de Terminal Rodoviário Coberto . Implantação de abrigos padronizados nos Pontos de ônibus de linhas Municipais e Intermunicipais. Construção do Velório Municipal. Construção de Prédio para o projeto Oficina Abrigada.
190	Políticas habitacionais a população carente	Aquisição de áreas para construção de casas populares inclusive através de convênios com o Estado, protegendo a Família de Baixa Renda. Aquisição de áreas e obras de infra estrutura para implantação de loteamento Popular de Lotes Urbanizados.
200	Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Esgoto	Perfuração de poços profundos (poços artesianos). Construção de depósitos e caixas elevatórias de água. Implantação , e ampliação de rede de distribuição de água. Conclusão e ampliação da E.T.A. (Estação de Tratamento de Água). Saneamento básico em pequenas localidades.

		Ampliação da E.T.E. (Estação de Tratamento de Esgoto) da Cachoeira . Construção de E.T.E.'s nos bairros Chácaras Camanducaia, Chácaras Santo Antônio e Chácaras de Recreio Danúbio Azul. Construção de E.T.E.(Estação de Tratamento de Esgoto) nos bairros, chácaras Camanducaia, Santo Antônio e Recreio Danúbio Azul. Implantação e ampliação de rede coletora de esgotos .
202 202	Coleta e Disposição do Lixo Domiciliar	Participar de Consórcio Inter-Municipal. Realizar a coleta de lixo em 100% da zona urbana. Realizar coleta de lixo na zona rural. Implantar Coleta Seletiva de Lixo. Realizar a coleta de lixo em 100% (cem por cento) dos imóveis urbanos. Adquirir equipamentos para a coleta de lixo domiciliar. Aquisição de área e realização de obras para ampliação do aterro sanitário. Instalação de uma Usina de Reciclagem de Lixo, com implantação de processo seletivo dos materiais coletados. Aquisição e Instalação de equipamentos para incineração de Lixo Hospitalar. Manutenção da coleta , tratamento e disposição final do lixo Hospitalar com empresa especializada , devidamente autorizada pela Cetesb. Manutenção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para central de Embalagens de Agrotóxicos.
203	Defesa Contra Inundações	Obras para contenção de enchentes nos Bairros Chácaras Camanducaia, Chácaras Santo Antônio e Chácaras de Recreio Danúbio Azul. Combate a erosões e proteção aos mananciais existentes.
204	Preservação e controle ambiental	Recuperação das matas ciliares para proteção dos recursos hídricos. Criar áreas de Proteção Ambiental (APA'S) e áreas de relevante interesse ecológico (ARIES'S) . Criar Coordenadoria Municipal de Meio ambiente. Obras de despoluição em córregos e represas da cidade, afetados pelo lançamento de esgotos.

		Realizar estudos Hídricos, construção de açudes e represas para armazenamento de água. Criação do CONDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; - Código Municipal do Meio Ambiente; - Fundo Municipal do Meio Ambiente.
210	Assistência técnica agrícola	Integrar a associação de desenvolvimento rural, integrado e sustentado das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba Capivari Jundiai , em convênio com o Governo Federal no Projeto Banco da Terra. Assistir o pequeno agricultor com tecnologia, equipamentos modernos objetivando melhor produtividade. Aquisição de áreas e obras de infra estrutura para *implantação de loteamentos na Zona Rural do* Município denominados AGRO VILAS , objetivando manutenção do Homem no Campo . Construção e implantação de Viveiro de Mudas Municipal para dar apoio ao pequeno agricultor. Manutenção e aquisição de equipamentos para a Patrulha agrícola com o objetivo de atender o pequeno agricultor e incentivá-lo à educação e aprimoramento contínuo, participando de palestras e cursos , dando apoio técnico aos participantes.
231	Desenvolvimento Industrial	Aquisição de área para implantação de Distrito Industrial, o que incentivará e fomentará a instalação de empresas em Holambra não poluentes
260 260	Construção, Melhoria e Conservação de Estradas	Manter em estado de conservação 100% (cem por cento) das estradas vicinais. Adquirir equipamentos para manutenção e conservação das estradas vicinais . Manutenção, cascalhamento, terraplanagem, obras de galeria e pavimentação das estradas Vicinais .
270	Infra estrutura esportiva	Construção de ginásios de esportes em Bairros da zona urbana e rural do Município. Construção de conjuntos poli esportivos, dotado de equipamentos voltados a todas modalidades esportivas . Manutenção e incremento das atividades esportivas. *Construção de um Estádio de Futebol no* Loteamento Santo Antônio.
285	Atividades recreativas	Construção de centros de lazer nos bairros da zona

		urbana e rural do Município. Construção de centros comunitários nos bairros da zona urbana e rural do Município Promoção de eventos Esportivos e de Lazer.
295	Amortização de Operações de Crédito	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento de dívida junto ao INSS e ao Fundo Municipal de Previdência.
296	Precatórios Judiciais	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento de precatórios judiciais.
297	Juros e Encargos Financeiros	Disponibilizar recursos financeiros para o pagamento de juros e correção da dívida consolidada.
300	Apoio às Instituições Assistenciais e Filantrópicas	Disponibilizar recursos financeiros para a concessão de subvenções sociais às entidades assistenciais e filantrópicas, que vier a regularizar e construir no período
302	Transferências ao Pasep	Disponibilizar recursos financeiros para o pagamento das contribuições ao Pasep.
303	Transferências ao Fundef	Disponibilizar recursos financeiros para o pagamento das deduções destinadas do Fundef.
304	Custeio da Previdência	Disponibilizar recursos financeiros para o pagamento de aposentados e pensionistas. Criação de Autarquia Municipal Previdenciária que dará sustentação ao Fundo de Previdência ao funcionário e à Administração Municipal.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO
Parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar 101/00.
Artigo 21 da L.D.O.

Identificação	Cronograma Físico-Financeiro			Detalhes do Projeto
	Data Início	Data Término	Valor pactuado R$	
Construção creche parque dos Ipês e Palmeiras.	27/12/99	31/07/01	150.500,00	Construção de 02 (duas) creches para atendimento dos bairros Ipês e Palmeiras.
Revegetação	30/07/99		68.881,89	Programa de revegetação de mata ciliar nos mananciais – Córrego Borda da Mata – COFEHIDRO
Adutora água bruta	02/07/98	30/09/99	57.000,00	Construção de adutora de água bruta com DN 200mm em ferro fundido para o bairro Camanducaia

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 388 DE 22 DE JUNHO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR NO MUNICÍPIO O SERVIÇO VOLUNTÁRIO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar no Município o SERVIÇO VOLUNTÁRIO.

Artigo 2º - Considera-se Serviço Voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo Único - O Serviço Voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Artigo 3º - O serviço Voluntário será exercido mediante a celebração de Termo de Adesão entre a entidade pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Artigo 4º - O prestador de Serviço Voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo Único – As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Junho de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 388 DE 22 DE JUNHO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR NO MUNICÍPIO O SERVIÇO VOLUNTÁRIO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar no Município o SERVIÇO VOLUNTÁRIO.

Artigo 2º - Considera-se Serviço Voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo Único - O Serviço Voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Artigo 3º - O serviço Voluntário será exercido mediante a celebração de Termo de Adesão entre a entidade pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Artigo 4º - O prestador de Serviço Voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo Único – As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Junho de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-132
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 387 DE 22 DE MAIO DE 2001

CRIA O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica criado o CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA da Estância Turística de Holambra objetivando a preservação de documentos e imagens que possam contar a história da cidade de Holambra, preservando a história do povo e de sua gente.

Parágrafo Único- O Centro de Documentação Histórica será composto de arquivo de documentos históricos , jornais da imprensa local, vídeos de eventos realizados no Município e depoimentos de pessoas que viveram a história da cidade.

Artigo 2º- O Centro de Documentação funcionará atrelado ao Departamento de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal.

Artigo 3º- Para a implantação do Centro de Documentação fica o Departamento de Educação e Cultura autorizado a receber, em doação, documentos, fotos, jornais, vídeos que contam a memória histórica da cidade.

Parágrafo Único- Constituem documentos do Centro de Documentação Histórica:

I- Fotos de pessoas ilustres;
II- Fotos de prédios que contem a história da cidade;
III- Fotos de pessoas eleitas para cargos públicos;
IV- Fotos e acontecimentos relevantes e em geral do município;
V- Jornais e recortes, revistas que digam respeito a fatos marcantes do Município;
VI- Vídeos que contenham dados históricos e do Município em geral;
VII- Gravações com depoimentos de pessoas que fizeram história na cidade;
VIII- Documentos alusivos às festas típicas realizadas na cidade.

Artigo 4º- Os documentos constantes do centro de Memória deverão ser catalogados de modo a identificar datas, nomes e a quem se refere os documentos.

Artigo 5º- Eventuais despesas com a execução desta Lei onerarão dotação do Departamento de Cultura, Esporte e Turismo.

Artigo 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º- Revogam-se as disposição em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Maio de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Autoria: Vereador Marcel Donizete de Souza Campos

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-132
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 386 DE 22 DE MAIO DE 2001

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE SE AFIXAR A RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NOS POSTOS DE SAÚDE, FARMÁCIAS E OUTROS ESTABELECIMENTOS QUE VENDAM MEDICAMENTOS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam obrigados os postos de saúde, farmácias e outros estabelecimentos que vendam medicamentos, afixarem em local visível, e acessível ao público em geral a relação de medicamentos genéricos, proposta pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo 1º - Deverá esta relação de medicamentos genéricos ser renovada todas as vezes que o Ministério enviar nova lista.

Parágrafo 2º - Além do disposto no Parágrafo 1º, sempre que a Secretaria Municipal de Saúde for cientificada de eventuais acréscimos de medicamentos no rol dos genéricos, esta deverá informar, por ofício, às farmácia e outros estabelecimentos que vendam medicamentos, e proceder a substituição das listagens a serem afixadas nos postos de saúde.

Artigo 2º - Caberá ao Executivo Municipal estabelecer diretrizes para fiscalização, em caso de descumprimento desta Lei.

Artigo 3º - Os estabelecimentos que não observarem esta Lei, incorrerão em multa, estabelecida pelo Município.

Artigo 4º - Compete ao Poder Público Municipal a regulamentação desta Lei no prazo de 60 dias.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Maio de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Autoria: Vereador Humberto Marino de Lúcia

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-132
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 384 DE 22 DE MAIO DE 2001.

DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica assegurado aos servidores públicos, com função externa a Prefeitura Municipal, o fornecimento gratuito de uniforme.

Parágrafo Único – O trabalhador só poderá utilizar o uniforme durante o expediente de trabalho.

Artigo 2º - O fornecimento de que trata o artigo primeiro será realizado pela Prefeitura Municipal em local predeterminado.

Artigo 3º - O poder público fica livre para se associar a empresas privadas, para confecção dos uniformes.

Parágrafo Único – As empresas associadas poderão expor suas logomarcas ou propagandas nos uniformes.

Artigo 4º - Esta Lei terá prazo de 1 ano para ser aplicada a partir de sua promulgação.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra,22 de Maio de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambr

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-13
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.° 385 DE 22 DE MAIO DE 2001.

DÁ NOVA DENOMINAÇÃO ÀS CRECHES MUNICIPAIS, CONFORME DETERMINA O ART. 29 DA LEI 9.394/96 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Ficam denominadas conforme preceitua o artigo 29 da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 20 de dezembro de 1996, as seguintes Creches Municipais:

a) Creche Municipal Colmeia, como CENTRO DE EDUCAÇÃO E CONVIVÊNCIA INFANTIL "COLMÉIA"

b) Creche Municipal do Bairro Fundão, como CENTRO DE EDUCAÇÃO E CONVIVÊNCIA INFANTIL "FAVO DE MEL".

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Maio de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 383 DE 02 DE MAIO DE 2001

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO "O DIA DA RAINHA".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído no calendário oficial do município "O DIA DA RAINHA" a ser comemorado no dia 30 de abril.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 02 de Maio de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 383 DE 02 DE MAIO DE 2001

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO "O DIA DA RAINHA".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído no calendário oficial do município "O DIA DA RAINHA" a ser comemorado no dia 30 de abril.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 02 de Maio de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 382 DE 02 DE MAIO DE 2001.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO UMA ÁREA CORRESPONDENTE A 11.135,83 M², E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município autorizado a receber em doação sem qualquer forma de ônus, de **ANÍSIO GONÇALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, industriário, RG nº 8.201.024 SSP/SP, CPF nº 016.944.008-75, residente à Rua Antonio Jorge Frade nº 38, Holambra-SP; **MARIA ANGELA ROBERTO**, brasileira, separada judicialmente, do lar, RG nº 12.550.262 SSP/SP, CPF nº 257.904.438-85, residente à Rua Antonio Jorge Frade nº 38, Holambra; **CORNELIS THEODORUS MARIA VAN ROOIJEN**, holandês, casado, agricultor, RNE - W nº 069555-P, CPF nº 055.789.768-83, residente, casado com **Maria Elisa Miltenburg Van Rooijen**, brasileira, administradora de empresa, RG nº 8.333.126-8 SSP/SP, CPF nº 965.704.748-04, com pacto antenupcial registrado sob o nº 8.884, do livro 3-0, residentes no lote 11 da seção C, Holambra-SP; **THEODORUS BREG**, holandês, agricultor, RNE - W nº 245255-D, CPF nº 054.482.728-78, casado no regime de separação de bens segundo a legislação holandesa com **Elisabeth Frederica Maria Breg Gruisen**, holandesa, engenheira agrônoma, RNE-W nº 246.254-F, CPF nº 063.248.528-06, residente no sítio Anú Preto, lote 21-2 da secção C da Fazenda Ribeirão, Holambra-SP; **VERA LÚCIA CONCEIÇÃO VÍTOR**, brasileira, sep. judicialmente, do lar, RG nº 17.987.582 SSP/SP, CPF nº 087.530.928-30, residente à Rua Antonio Jorge Frade, nº 72, Holambra-SP; **MARIA JOSÉ CASTILHO**, brasileira, solteira, do lar, RG nº 10.726.642 SSP/SP, CPF nº 107.967.028-96, residente à Rua Antonio Jorge Frade nº 108, Holambra-SP; **ADAIRTON ANTONIO VÍTOR**, brasileiro, solteiro, industriário, RG nº 14.471.392-5 SSP/SP, CPF nº 088.340.998-42, residente à Rua Antonio Jorge Frade nº 128, Holambra-SP; **TEREZA MENEZES DE OLIVEIRA**, brasileira, viúva, do lar, RG nº

16.804.621 SSP/SP, CPF nº 106.362.868-78, residente à Rua Antonio Jorge Frade nº 128, Holambra-SP, **IZALTINO ZANI**, brasileiro, industriário, RG nº 19.370.960 SSP/SP, CPF nº 053.792.328-41, casado **com Maria Aparecida de Oliveira Zani**, brasileira, do lar, RG nº 19.370.959 , CPF nº 178.942.788-66, residentes à Rua Antonio Jorge Frade nº 180, Holambra-SP; **VILSON UMBERTO BELONCI**, brasileiro, industriário, RG nº 12.160.388 SSP/SP, CPF nº 926.061.568-20, casado Com **ROSALINA SAMOGIM BELONCI**, brasileira, do lar, RG nº 12.760.389 SSP/SP, CPF nº 246.956.988-54, residentes à Rua Antonio Jorge Frade nº 202; **AGNIESKA DORFMUELLER**, brasileira, solteira, do lar, RG nº 1.345.976-4 SSP/SP, CPF nº 047.726.448-49, residente à Rua Erasmo Braga nº 1.184, apto. 25, Castelo, Campinas; **HUGO MARCELO FERNANDES**, argentino, solteiro, estudante, RNE-W nº 069554-R, CPF nº 212.888.178-19, residente à Rua Campo do Pouso nº 1.213, Holambra-SP; **LYS DIANA FERNANDES**, brasileira, solteira, estudante, RG nº 13.944.842-1 SSP/SP, CPF nº 218.540.918-24, residente à Rua Campo do Pouso, nº 1.213; **ALVIMAR ANGELO SIA**, brasileiro, comerciante, RG nº 4.933.878 SSP/SP, CPF nº 465.790.798-00, casado pelo regime de comunhão de bens com **Maria Inês Sia**, brasileira, comerciante, RG nº 10.154.770 SSP/SP, CPF nº 219.363.388-66, residentes à Rua Laura Miranda nº 363, Artur Nogueira-SP; **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DA REGIÃO DE MOGI MIRIM - LTDA**, CNPJ nº 52.777.034.0001-90, I.E. nº 456.004.176.114, com sede à Rua José de Freitas, nº 350, na cidade de Mogi Mirim-SP; **ANTONIO CLAUDEMIR REGINATTO**, brasileiro, industriário, RG nº 20.119.055 SSP/SP, CPF nº 053.792.438-86, casado pelo regime de comunhão de bens com **Neuza Porfírio Reginato**, brasileira, do lar, RG nº 19.624.269 SSP/SP, CPF nº 031.093.688-89, com pacto antenupcial registrado sob o nº 18.334 livro 3-BN, residentes a Rua José Martins, nº 64, Holambra; **LURDES DE LIMA**, brasileira, solteira, do lar, RG nº 16.967.847 SSP/SP, CPF nº 967.398.518-91, residente à Rua José Martins nº 83, Holambra-SP; **ANTONIO GONÇALVES FILHO**, brasileiro, industriário, RG nº 9.181.087 SSP/SP, CPF nº 932.034.628-34, casado pelo regime de separação obrigatória de bens, anteriormente a Lei 6.515/77, com **Antonia Angelina Ribeiro** GONÇALVES, brasileira, do lar, RG nº16.335.832 SSP/SP, CPF nº 178.941.068-10, residentes à Rua José Martins nº 101, Holambra-SP; **JOÃO BATISTA DA SILVA**, brasileiro,

industriário, RG nº 19.626.440 SSP/SP, CPF nº 075.559.488-69, casado pelo regime de comunhão parcial de bens com **Isabel Cristina De Freitas Da Silva**, brasileira, do lar, RG nº 28.813.657-3 SSP/SP, CPF nº 178.037.968-33, residentes à Rua José Martins nº 117, Holambra; **JOSÉ ROBERTO GONÇALVES**, brasileiro, industriário, RG nº 16.801.016 SSP/SP, CPF nº 075.433.998-06, casado pelo regime de comunhão de bens com **Luzia Balsante Gonçalves**, brasileira, do lar, RG nº 25.074.859-9, CPF nº 143.319.488-00, com pacto registrado sob o nº 1877 do livro 3 auxiliar do registro de imóveis de Pedreira, residentes à Rua José Martins nº 137, Holambra-SP; **LAZARO VENÂNCIO DA COSTA**, brasileiro, industriário, RG nº 14.109.930 SSP/SP, CPF nº 055.789.928-11, casado pelo regime de comunhão de bens com **EDINA APARECIDA STAIGER DA COSTA**, brasileira, do lar, RG nº 16.123.135-4, CPF nº 278.373.578-41, com pacto antenupcial registrado sob o nº 9.299 no livro 3-Q, residentes à Rua José Martins nº 155, Holambra-SP; **ROSILENE APARECIDA MORETTO RODRIGUES**, brasileira, solteira, do lar, RG nº 20.672.870 SSP/SP, CPF nº 107.966.798-94, residente à Rua José Martins nº 171, Holambra-SP; **LUIZ VICENTE SATIRO**, brasileiro, industriário, RG nº 10.457.957 SSP/SP, CPF nº 053.871.998-23, casado pelo regime de comunhão parcial de bens **Com Maria Das Dores Lima Satiro**, brasileira, do lar, RG nº 32.692.925-3 SSP/SP, CPF nº 107.963.188-75, residentes à Rua José Martins nº 187, Holambra-SP; **CLODOALDO DE SOUZA**, brasileiro, industriário, RG nº 25.457.477-4 SSP/SP, CPF nº 168.484.578-50, casado pelo regime parcial de comunhão de bens com **Silvia Eli Caposse de Souza**, brasileira, do lar, RG nº 30.261.172-1 SSP/SP, CPF nº 289.389.108-06, residentes à Rua José Martins nº 205, Holambra-SP; **MÁRIO GONÇALVES PEREIRA**, brasileiro, industriário, RG nº 26.372.105-X SSP/SP, CPF nº 053.871.628-22, casado pelo regime de comunhão universal de bens com **Maria Leite Bueno Pereira**, brasileira, do lar, RG nº 32.764.489-8 SSP/SP, residente à Rua José Martins nº 223, Holambra-SP; **ALVARO ALFREDO PEIXOTO FORTES**, brasileiro, comerciante, RG nº 4.979.524 SSP/SP, CPF nº 634.233.408-00, casado pelo regime de comunhão parcial de bens com **Cibele De Souza Fortes**, brasileira, comerciante, RG nº 12.520.354 SSP/SP, CPF nº 040.691.908-99, residentes à Rua das Calêndolas nº 270, Morada das Flores, Holambra-SP, o seguinte bem imóvel, objeto da matrícula nº 56.956

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, assim descrito e caracterizado conforme memorial descritivo e Planta Planimétrica em anexo: ***"Parte do todo correspondente a 53,8483 % e que eqüivale a área de 11.135,83 m², determinada com as seguintes medidas: Inicia em um ponto junto a divisa da Área Remanescente, Rua Dr. Jorge Latour e a área aqui descrita, dai segue em reta por uma distância de 7,38 metros , até um ponto, confrontando com a Rua Dr. Jorge Latour; dai deflete à direita e segue em curva com a distância de 14,13 metros, até um ponto, confrontando com a Rua Antonio Jorge Frade (Antiga Rua do Aguaduto); dai segue em reta por uma distância de 250,00 metros, até um ponto, confrontando com a Rua Antonio Jorge Frade; dai deflete à direita e segue em curva por uma distância de 14,57 metros, até um ponto, confrontando com a Avenida das Tulipas; dai segue em reta por uma distância de 46,00 metros , até um ponto, confrontando com a Avenida das Tulipas; dai deflete à direita e segue em curva por uma distância de 4,95 metros , até um ponto, confrontando com a Avenida das Tulipas; dai segue em curva por uma distância de 28,05 metros , até um ponto, confrontando com área da P.M. da Est. Tur. de Holambra (Nossa Prainha); dai segue em reta por uma distância de 192,00 metros , até um ponto, confrontando com área da P.M. da Est. Tur. de Holambra (Nossa Prainha); dai deflete à direita e segue em curva por uma distância de 17,50 metros , até um ponto, confrontando com área da P.M. da Est. Tur. de Holambra (Nossa Prainha); dai segue em reta por uma distância de 15,47 metros , até um ponto, confrontando com a Rua Dr. Jorge Latour; dai segue em reta por uma distância de 22,87 metros , até um ponto, confrontando com a Rua Dr. Jorge Latour; dai deflete à direita e segue em curva por uma distância de 10,29 metros , até um ponto, confrontando com a Área Remanescente); dai segue em reta por uma distância de 228,67 metros , até um ponto, confrontando com a Área Remanescente; daí deflete à esquerda e segue em curva por uma distância de 10,30 metros , até um ponto, confrontando com a Área Remanescente; dai segue em reta por uma distância de 17,35 metros , até um ponto, confrontando com a Área Remanescente; daí deflete à esquerda e segue em curva por uma distância de 12,80 metros , até um ponto, confrontando com a Área Remanescente; dai segue em reta por uma distância de 237,05 metros , até um ponto, confrontando***

com a Área Remanescente; daí deflete à esquerda e segue em curva por uma distância de 12,81 metros , até o ponto inicial, confrontando com a Área Remanescente. Contendo 10 prédios residenciais, pela Rua José Martins, sem numeração, com as seguintes áreas: 66,16 m2, 48,19 m2, 50,00 m2, 50,00 m2, 45,12 m2, 45,12 m2, 39,30m2, 39,30 m2, 48,41 m2 e 49,38 m2. Sendo que esta área contém as seguintes divisões: RUA ANTONIO JORGE FRADE (Antiga Rua do Aguaduto) - Com área de 2.482,62 m², com as seguintes medidas: Inicia em um ponto junto a divisa da Área Remanescente, Rua Dr. Jorge Latour e a área aqui descrita, dai segue em reta por uma distância de 7,38 metros , até um ponto, confrontando com a Rua Dr. Jorge Latour; dai deflete à direita e segue em curva com a distância de 14,13 metros, até um ponto, confrontando com a Rua Antonio Jorge Frade (Antiga Rua do Aguaduto); dai segue em reta por uma distância de 250,00 metros, até um ponto, confrontando com a Rua Antonio Jorge Frade; dai deflete à direita e segue em reta por uma distância de 17,97 metros, até um ponto, confrontando com a Avenida das Tulipas; dai deflete à direita e segue em curva com uma distância de 12,80 metros, até um ponto, confrontando com a Área Remanescente (lote nº13); dai segue em reta por uma distância de 237,05 metros, até um ponto, confrontando com confrontando com a Área Remanescente; daí deflete à esquerda e segue em curva por uma distância de 12,81 metros , até o ponto inicial, confrontando com a Área Remanescente (lote nº01). AVENIDA DAS TULIPAS - Com área de 315,20 m², com as seguintes medidas: Inicia em um ponto junto a divisa da Área Remanescente (lote nº13), Rua Antonio Jorge Frade e a área aqui descrita, dai segue em reta por uma distância de 17,97 metros , até um ponto, confrontando com a Rua Antonio Jorge Frade; dai deflete à direita e segue em curva por uma distância de 14,57 metros , até um ponto, confrontando com a Avenida das Tulipas; dai segue em reta por uma distância de 46,00 metros , até um ponto, confrontando com a Avenida das Tulipas; dai deflete à direita e segue em reta por uma distância de 16,93 metros , até um ponto, confrontando com a Rua José Martins (antiga Rua Projetada); dai deflete à direita e segue em reta por uma distância de 17,35 metros , até o ponto inicial, confrontando com a Área Remanescente (lotes 26 e 13). RUA JOSÉ MARTINS (Antiga Rua Projetada) - Com área de 2.164,47 m², com as seguintes medidas: Inicia em um ponto junto a

divisa da Área Remanescente, Avenida das Tulipas e a Área aqui descrita; dai segue em reta por uma distância de 16,93 metros , até um ponto, confrontando com a Avenida das Tulipas; dai deflete à direita e segue em reta por uma distância de 4,95 metros , até um ponto, confrontando com a Avenida das Tulipas; dai deflete à direita e segue em curva por uma distância de 9,15 metros , até um ponto, confrontando com a Área de Lazer (P.M. da Est. Tur. De Holambra); dai segue em reta por uma distância de 219,58 metros , até um ponto, confrontando com a Área de Lazer (P.M. da Est. Tur. De Holambra); daí deflete à esquerda e segue em curva por uma distância de 11,56 metros , até um ponto, confrontando com a Área de Lazer (P.M. da Est. Tur. De Holambra); dai deflete à direita e segue em reta por uma distância de 22,87 metros , até um ponto, confrontando com a Rua Dr. Jorge Latour; dai deflete à direita e segue em curva por uma distância de 10,29 metros , até um ponto, confrontando com a Área Remanescente (lote nº14); dai segue em reta por uma distância 228,67 metros , até um ponto, confrontando com a Área Remanescente; daí deflete à esquerda e segue em curva por uma distância de 10,30 metros, até o ponto inicial, confrontando com a Área Remanescente (lote nº 26). ÁREA DE LAZER - Com área de 6.173,52 m², com as seguintes medidas: Inicia em um ponto junto a divisa Rua José Martins (antiga Rua Projetada), P.M. da Est. Tur. de Holambra (Nossa Prainha) e a área aqui descrita; dai segue em curva por uma distância de 28,05 metros , até um ponto, confrontando com área da P.M. da Est. Tur. de Holambra (Nossa Prainha); dai segue em reta por uma distância de 192,00 metros , até um ponto, confrontando com área da P.M. da Est. Tur. de Holambra (Nossa Prainha);dai deflete à direita e segue em curva por uma distância de 17,50 metros , até um ponto, confrontando com área da P.M. da Est. Tur. de Holambra (Nossa Prainha); dai segue em reta por uma distância de 15,47 metros , até um ponto, confrontando com a Rua Dr. Jorge Latour; dai deflete à direita e segue em curva por uma distância de 11,56 metros , até um ponto, confrontando com a Rua José Martins (antiga Rua Projetada); dai segue em reta por uma distância de 219,58 metros , até um ponto, confrontando com a Rua José Martins (antiga Rua Projetada); dai deflete à direita e segue em curva por uma distância de 9,15 metros , até o ponto inicial, confrontando com a Rua José Martins

(antiga Rua Projetada). Contendo 10 prédios residenciais, pela Rua José Martins, sem numeração, com as seguintes áreas: 66,16 m2, 48,19 m2, 50,00 m2, 50,00 m2, 45,12 m2, 45,12 m2, 39,30m2, 39,30 m2, 48,41 m2 e 49,38 m2.

Artigo 2° - A escritura de doação do bem imóvel deverá ser firmada dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, ficando a cargo da Prefeitura Municipal.

Artigo 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 4° - revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 02 de Maio de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 381 DE 25 DE ABRIL DE 2001.

INSTITUI O PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA VINCULADA À EDUCAÇÃO "BOLSA ESCOLA".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Programa de Renda Mínima vinculada à Educação – "Bolsa Escola", com o objetivo de incentivar e viabilizar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar e oferecer ações socioeducativas em horário complementar.

Artigo 2º - Os recursos da União, originários do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação "Bolsa Escola", criado pela Medida Provisória nº 2.140 de 13 de fevereiro de 2001, serão destinados exclusivamente às famílias que preencherem as seguintes condições, cumulativamente:

I- Ter renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo;
II- Ter filhos e/ou dependentes com idade entre 6 e 15 anos matriculados em estabelecimento de ensino fundamental;
III- Comprovação de residência no Município.

§ 1º - Considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco que forme um grupo doméstico vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros.

§ 2º - Serão computados para cálculo da renda familiar os rendimentos de todos os membros adultos que compõem a família, inclusive os valores concedidos por programas federais instituídos de acordo com preceitos contitucionais, tais como previdência rural, seguro-desemprego e renda mínima a idosos e deficientes, bem como programas estaduais e municipais de complementação pecuniária.

Artigo 3º - No âmbito deste município, caberá ao Departamento Municipal de Educação, a implantação e execução do Programa ora instituído.

Artigo 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Conselho Municipal de controle Social, com no mínimo 50%(cinquenta por cento) de participação da sociedade civil, para acompanhamento e avaliação da execução do Programa deste Município, composto por representantes:

I- Representante do Departamento Municipal de Educação;
II- Representante do Departamento Municipal da Promoção Social;
III- Representante da Associação de Pais e Mestres;
IV- Representante da Associação de Bairros.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 5º - O Departamento Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Controle Social devem trabalhar em parceria na execução do Programa.

Artigo 6º - Ao Departamento Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Controle Social competem a elaboração de normas que disciplinarão os mecanismos de inscrição e seleção das famílias, bem como de execução do Programa, de acordo com os critérios estabelecidos nesta Lei, na Medida Provisória nº 2.140 de 13 de fevereiro de 2001 e mediante aprovação por Decreto Municipal.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de Abril de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 381 DE 25 DE ABRIL DE 2001.

INSTITUI O PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA VINCULADA À EDUCAÇÃO "BOLSA ESCOLA".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Programa de Renda Mínima vinculada à Educação – "Bolsa Escola", com o objetivo de incentivar e viabilizar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar e oferecer ações socioeducativas em horário complementar.

Artigo 2º - Os recursos da União, originários do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação "Bolsa Escola", criado pela Medida Provisória nº 2.140 de 13 de fevereiro de 2001, serão destinados exclusivamente às famílias que preencherem as seguintes condições, cumulativamente:

I- Ter renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo;
II- Ter filhos e/ou dependentes com idade entre 6 e 15 anos matriculados em estabelecimento de ensino fundamental;
III- Comprovação de residência no Município.

§ 1º - Considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco que forme um grupo doméstico vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros.

§ 2º - Serão computados para cálculo da renda familiar os rendimentos de todos os membros adultos que compõem a família, inclusive os valores concedidos por programas federais instituídos de acordo com preceitos contitucionais, tais como previdência rural, seguro-desemprego e renda mínima a idosos e deficientes, bem como programas estaduais e municipais de complementação pecuniária.

Artigo 3º - No âmbito deste município, caberá ao Departamento Municipal de Educação, a implantação e execução do Programa ora instituído.

Artigo 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Conselho Municipal de controle Social, com no mínimo 50%(cinquenta por cento) de participação da sociedade civil, para acompanhamento e avaliação da execução do Programa deste Município, composto por representantes:

I- Representante do Departamento Municipal de Educação;
II- Representante do Departamento Municipal da Promoção Social;
III- Representante da Associação de Pais e Mestres;
IV- Representante da Associação de Bairros.

Artigo 5º - O Departamento Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Controle Social devem trabalhar em parceria na execução do Programa.

Artigo 6º - Ao Departamento Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Controle Social competem a elaboração de normas que disciplinarão os mecanismos de inscrição e seleção das famílias, bem como de execução do Programa, de acordo com os critérios estabelecidos nesta Lei, na Medida Provisória nº 2.140 de 13 de fevereiro de 2001 e mediante aprovação por Decreto Municipal.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de Abril de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 380 DE 25 DE ABRIL DE 2001.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO EXECUTIVO PARA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO CONCEDER OPORTUNIDADES DE ESTÁGIO A ESTUDANTES.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE, objetivando conceder oportunidades de estágio a estudantes de 2º grau e nível superior, vinculados à estrutura do ensino público e particular, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 6.494/77.

Artigo 2º - Os objetivos específicos do convênio, os direitos e obrigações das partes conveniadas constam da minuta anexa, que fica fazendo parte desta Lei.

Artigo 3º - Para a realização dos projetos, programas ou ações que visem efetivar os objetivos do convênio de que trata esta Lei, o Poder Executivo promoverá a celebração de contratos, termos e outros instrumentos legais de sua competência.

Artigo 4º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações específicas consignadas nas leis orçamentárias vigentes nas datas dos respectivos instrumentos contratuais.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de Abril de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 380 DE 25 DE ABRIL DE 2001.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO EXECUTIVO PARA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO CONCEDER OPORTUNIDADES DE ESTÁGIO A ESTUDANTES.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE, objetivando conceder oportunidades de estágio a estudantes de 2º grau e nível superior, vinculados à estrutura do ensino público e particular, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 6.494/77.

Artigo 2º - Os objetivos específicos do convênio, os direitos e obrigações das partes conveniadas constam da minuta anexa, que fica fazendo parte desta Lei.

Artigo 3º - Para a realização dos projetos, programas ou ações que visem efetivar os objetivos do convênio de que trata esta Lei, o Poder Executivo promoverá a celebração de contratos, termos e outros instrumentos legais de sua competência.

Artigo 4º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações específicas consignadas nas leis orçamentárias vigentes nas datas dos respectivos instrumentos contratuais.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de Abril de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 379 DE 25 DE ABRIL DE 2001

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, PELA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, DELEGANDO O EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA DE TRÂNSITO ATRIBUIDAS AO MUNICÍPIO PELA LEI Nº 9.503/97.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo do Município da Estância Turística de Holambra, autorizado a celebrar, com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Segurança Pública da Secretaria da Segurança Pública, objetivando disciplinar as atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, convênio delegando as competências de trânsito atribuídas ao Município, pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Artigo 2º - As despesas eventualmente decorrentes da presente Lei e da execução do convênio correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas quando necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de Abril de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 379 DE 25 DE ABRIL DE 2001

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, PELA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, DELEGANDO O EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA DE TRÂNSITO ATRIBUIDAS AO MUNICÍPIO PELA LEI Nº 9.503/97.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo do Município da Estância Turística de Holambra, autorizado a celebrar, com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Segurança Pública da Secretaria da Segurança Pública, objetivando disciplinar as atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, convênio delegando as competências de trânsito atribuídas ao Município, pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Artigo 2º - As despesas eventualmente decorrentes da presente Lei e da execução do convênio correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas quando necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de Abril de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 378 DE 10 DE ABRIL DE 2001

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N.º 313 DE 03 DE NOVEMBRO DE 1999, QUE INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Municipal de abertura e conservação das estradas rurais, com o objetivo de propiciar condições adequadas de tráfego e acesso às propriedades rurais e o satisfatório escoamento da produção agrícola.

TÍTULO I

DO SISTEMA DE ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS RURAIS

Artigo 2º - Os caminhos abertos ao trânsito dentro do imóvel rural, para fins de sua regulamentação e implantação na malha rural, deverão obedecer os requisitos técnicos que serão fixados por decreto, obrigando o particular a comunicar a Prefeitura Municipal.

Artigo 3º- As estradas e caminhos de servidão, constituindo frente de glebas ou de terrenos, desde que existentes há mais de 5 (cinco) anos, passam a incorporar o patrimônio do Município sem quaisquer ônus para os cofres públicos.

TÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

Artigo 4º - Compete à Prefeitura Municipal, após promulgação da presente Lei:

I- desenvolver e executar os projetos e serviços de abertura, conservação e manutenção das estradas rurais mediante estrita observância das normas estabelecidas nesta Lei;

II- determinar, a seu juízo, sob pena de multa, que o particular responsável pelo imóvel rural regularize o curso de águas pluviais, bem como realize obras ou serviços necessários à conservação das estradas rurais lindeiras à sua propriedade;

III- proteger a pista de rolamento, impedindo que as águas corram diretamente sobre a estrada, mediante a manutenção de abaulamento transversal com, no mínimo, 3% (três por cento) de declividade;

IV- diminuir a quantidade de água conduzida para as estradas, em casos de existência de barrancas laterais que impeçam as saídas de água, por meio de bueiros, canaletas, tubulações, etc, de forma a conduzir a água preferencialmente para terraços em nível ou para bacias de captação;

V- corrigir o traçado original das estradas, amenizando as curvas muito pronunciadas;

VI- manter limpos os barrancos, bem como os acostamentos ao longo das estradas, com a colaboração dos proprietários.

Artigo 5° - Fica permitido à Prefeitura Municipal de Holambra o recebimento da ajuda das Agroindústrias, Produtores e Moradores na forma de materiais a serem utilizados na manutenção e conservação de estradas rurais, máquinas próprias para trabalhos desta natureza e também na forma de moeda corrente.

TÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS, ARRENDATÁRIOS, PARCEIROS OU USUÁRIOS A QUALQUER TÍTULO

Artigo 6° - Compete aos proprietários, arrendatários, parceiros ou usuários a qualquer título, sob pena de sanções previstas nesta Lei:

I- a conservação, limpeza e desobstrução dos cursos d'água ou valas existentes em suas propriedades, visando impedir a erosão, assoreamento e o represamento de águas pluviais nas estradas;

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

II- a execução das obras e serviços que impeçam as águas pluviais de atingirem a faixa da estrada, tanto nas áreas cultivadas - culturas anuais ou perenes - como nas estradas particulares e carreadores;

III- retirar todo e qualquer material indesejável de sua propriedade que prejudiquem a condução das águas pluviais ao longo de seu terreno, através das técnicas apropriadas;

IV- todas as propriedades agrícolas ou não, públicas ou privadas, ficam obrigadas a receber as águas do escoamento das estradas, desde que tecnicamente conduzidas, podendo essas águas atravessarem tantas quantas forem as outras propriedades à jusante - observando-se que para a finalidade específica de conservação do solo inexistem divisas entre propriedade - até que sejam moderadamente absorvidas;

V- em nenhuma hipótese haverá indenização pela área ocupada pelos canais de escoamento construídos para este fim.

VI- não utilizar a faixa das estradas rurais para fins adversos à sua finalidade.

TÍTULO IV

DA LOCALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CERCAS VIVAS

Artigo 7º - Fica instituída que cercas vivas a serem plantadas dentro dos limites das propriedades rurais deverão garantir o livre escoamento das águas pluviais nos leitos das estradas e também trânsito de veículos, devendo, ainda os proprietários observarem o seguinte:

I - realização de podas regulares em cercas vivas de sua propriedade, mantendo as plantas no limite das divisas, de maneira a garantir livre passagem na pista de rolamento;

II- elaboração de sangrias nas cercas vivas, sempre respeitando os critérios técnicos de condução das águas pluviais, garantindo o perfeito escoamento das águas e, não provocando erosão em seu terreno.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

TÍTULO V

DAS PROIBIÇÕES

Artigo 8º- Todas as propriedades, agrícolas ou não, públicas ou privadas, ficam proibidas de despejar ou desviar águas pluviais nas estradas, assim como elevar o nível da faixa das estradas sem critério técnico, visando o acesso às propriedades.

Parágrafo Único- Os produtores agropecuários, agroindústrias e outras indústrias que ocupam áreas impermeáveis maior do que 300 m², tem a obrigação de manter reservatórios de drenagem equivalente a 10% (dez por cento) em m³ dos m² impermeáveis, com capacidade de captar águas pluviais de 100 mm/dia ou em último caso ter galerias que leve as águas pluviais até um córrego ou rio sem fazer erosão nas terras ou contaminar as águas.

Artigo 9º- É proibido manter ou depositar nas áreas lindeiras às estradas, ervas daninhas, pedras, tocos ou qualquer outro material indesejável que possa impedir o livre escoamento das águas pluviais, ou que dificultem o tráfego de veículos e/ou animais.

Artigo 10- É proibido, aos tratores equipados com implementos de arrasto, a realização de qualquer tipo de manobra, dentro da pista de rolamento, que possa vir a danificar as vias de circulação.

Artigo 11- É proibido obstruir ou dificultar a passagem das águas pluviais pelos canais de escoamento, ou qualquer outra obra realizada pela Prefeitura Municipal visando à condução das águas, ao longo das estradas.

TÍTULO VI

DA FISCALIZAÇÃO

Artigo 12- O órgão municipal responsável pela conservação e manutenção das estradas deverá efetuar vistorias, para averiguar seu estado de conservação, suas necessidades e acompanhando as obras em andamento.

Artigo 13- Cabe ao Departamento de Obras realizar as autuações de notificações/infração em casos de descumprimento desta Lei.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

TÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Artigo 14- Pelo descumprimento ou infrigência a qualquer dos ditames desta Lei, serão aplicados aos proprietários, arrendatários, parceiros ou usuários a qualquer título, e agroindústrias, as seguintes penalidades, independentemente de ação de ressarcimento das despesas e de indenização dos prejuízos causados:

I- advertência por escrito acompanhada de notificação para correção das irregularidades constatadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

II- multa no valor de R$ 372,44 (trezentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) corrigidas pelo IPCA;

III- no caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro e sempre cumulativamente em relação às infrações cometidas, independentemente do ano de exercício.

Parágrafo Único- O não pagamento das multas/infrações no prazo estipulado, ensejará em inscrição na Dívida Ativa e, após, em Execução Fiscal.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 15- As culturas anuais e perenes deverão obedecer um recuo mínimo da faixa da estrada, proporcionalmente ao tamanho de seus equipamentos, de maneira a garantir espaço suficiente para as manobras dos mesmos.

Artigo 16- As construções civis, a serem feitas a partir da vigência desta Lei, deverão obedecer a um recuo mínimo de 15 (quinze) metros, contados do eixo central da pista de rolamento das estradas.

Artigo 17- Não será permitido, sob qualquer hipótese, nenhuma forma de obstáculo, salvo as obras técnicas conservacionistas de condução de águas pluviais.

Artigo 18- Os recursos provenientes da aplicação das multas e doações em geral serão usados para a Conservação de Estradas Rurais.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 19- A Prefeitura deverá atualizar o Mapa da malha viária a cada 5 (cinco) anos, a contar do ano da publicação desta Lei.

Artigo 20- A fiscalização e orientação para o cumprimento desta Lei ficarão a cargo dos Departamentos de Obras e Agricultura do Município, permitida a interveniência do Estado através do Escritório Regional de Agricultura.

Artigo 21- O proprietário, parceiro ou arrendatário que infringir as normas estabelecidas nesta Lei, não terá direito a usufruir das orientações técnicas da Prefeitura Municipal em questões relativas ao desenvolvimento agropecuário.

Artigo 22- Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, para execução do Programa " Melhor Caminho", nos termos do Decreto Estadual n.º 41.721 de 17 de abril de 1997.

Artigo 23- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 24- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 313 de 03 de novembro de 1999.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de Abril de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro de editais da portaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 378 DE 10 DE ABRIL DE 2001

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N.º 313 DE 03 DE NOVEMBRO DE 1999, QUE INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Municipal de abertura e conservação das estradas rurais, com o objetivo de propiciar condições adequadas de tráfego e acesso às propriedades rurais e o satisfatório escoamento da produção agrícola.

TÍTULO I

DO SISTEMA DE ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS RURAIS

Artigo 2º - Os caminhos abertos ao trânsito dentro do imóvel rural, para fins de sua regulamentação e implantação na malha rural, deverão obedecer os requisitos técnicos que serão fixados por decreto, obrigando o particular a comunicar a Prefeitura Municipal.

Artigo 3º- As estradas e caminhos de servidão, constituindo frente de glebas ou de terrenos, desde que existentes há mais de 5 (cinco) anos, passam a incorporar o patrimônio do Município sem quaisquer ônus para os cofres públicos.

TÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

Artigo 4º - Compete à Prefeitura Municipal, após promulgação da presente Lei:

I- desenvolver e executar os projetos e serviços de abertura, conservação e manutenção das estradas rurais mediante estrita observância das normas estabelecidas nesta Lei;

II- determinar, a seu juízo, sob pena de multa, que o particular responsável pelo imóvel rural regularize o curso de águas pluviais, bem como realize obras ou serviços necessários à conservação das estradas rurais lindeiras à sua propriedade;

III- proteger a pista de rolamento, impedindo que as águas corram diretamente sobre a estrada, mediante a manutenção de abaulamento transversal com, no mínimo, 3% (três por cento) de declividade;

IV- diminuir a quantidade de água conduzida para as estradas, em casos de existência de barrancas laterais que impeçam as saídas de água, por meio de bueiros, canaletas, tubulações, etc, de forma a conduzir a água preferencialmente para terraços em nível ou para bacias de captação;

V- corrigir o traçado original das estradas, amenizando as curvas muito pronunciadas;

VI- manter limpos os barrancos, bem como os acostamentos ao longo das estradas, com a colaboração dos proprietários.

Artigo 5º - Fica permitido à Prefeitura Municipal de Holambra o recebimento da ajuda das Agroindústrias, Produtores e Moradores na forma de materiais a serem utilizados na manutenção e conservação de estradas rurais, máquinas próprias para trabalhos desta natureza e também na forma de moeda corrente.

TÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS, ARRENDATÁRIOS, PARCEIROS OU USUÁRIOS A QUALQUER TÍTULO

Artigo 6º - Compete aos proprietários, arrendatários, parceiros ou usuários a qualquer título, sob pena de sanções previstas nesta Lei:

I- a conservação, limpeza e desobstrução dos cursos d'água ou valas existentes em suas propriedades, visando impedir a erosão, assoreamento e o represamento de águas pluviais nas estradas;

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

II- a execução das obras e serviços que impeçam as águas pluviais de atingirem a faixa da estrada, tanto nas áreas cultivadas - culturas anuais ou perenes - como nas estradas particulares e carreadores;

III- retirar todo e qualquer material indesejável de sua propriedade que prejudiquem a condução das águas pluviais ao longo de seu terreno, através das técnicas apropriadas;

IV- todas as propriedades agrícolas ou não, públicas ou privadas, ficam obrigadas a receber as águas do escoamento das estradas, desde que tecnicamente conduzidas, podendo essas águas atravessarem tantas quantas forem as outras propriedades à jusante - observando-se que para a finalidade específica de conservação do solo inexistem divisas entre propriedade - até que sejam moderadamente absorvidas;

V- em nenhuma hipótese haverá indenização pela área ocupada pelos canais de escoamento construídos para este fim.

VI- não utilizar a faixa das estradas rurais para fins adversos à sua finalidade.

TÍTULO IV

DA LOCALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CERCAS VIVAS

Artigo 7º - Fica instituída que cercas vivas a serem plantadas dentro dos limites das propriedades rurais deverão garantir o livre escoamento das águas pluviais nos leitos das estradas e também trânsito de veículos, devendo, ainda os proprietários observarem o seguinte:

I - realização de podas regulares em cercas vivas de sua propriedade, mantendo as plantas no limite das divisas, de maneira a garantir livre passagem na pista de rolamento;

II- elaboração de sangrias nas cercas vivas, sempre respeitando os critérios técnicos de condução das águas pluviais, garantindo o perfeito escoamento das águas e não provocando erosão em seu terreno.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

TÍTULO V

DAS PROIBIÇÕES

Artigo 8°- Todas as propriedades, agrícolas ou não, públicas ou privadas, ficam proibidas de despejar ou desviar águas pluviais nas estradas, assim como elevar o nível da faixa das estradas sem critério técnico, visando o acesso às propriedades.

Parágrafo Único- Os produtores agropecuários, agroindústrias e outras indústrias que ocupam áreas impermeáveis maior do que 300 m^2, tem a obrigação de manter reservatórios de drenagem equivalente a 10% (dez por cento) em m^3 dos m^2 impermeáveis, com capacidade de captar águas pluviais de 100 mm/dia ou em último caso ter galerias que leve as águas pluviais até um córrego ou rio sem fazer erosão nas terras ou contaminar as águas.

Artigo 9°- É proibido manter ou depositar nas áreas lindeiras às estradas, ervas daninhas, pedras, tocos ou qualquer outro material indesejável que possa impedir o livre escoamento das águas pluviais, ou que dificultem o tráfego de veículos e/ou animais.

Artigo 10- É proibido, aos tratores equipados com implementos de arrasto, a realização de qualquer tipo de manobra, dentro da pista de rolamento, que possa vir a danificar as vias de circulação.

Artigo 11- É proibido obstruir ou dificultar a passagem das águas pluviais pelos canais de escoamento, ou qualquer outra obra realizada pela Prefeitura Municipal visando à condução das águas, ao longo das estradas.

TÍTULO VI

DA FISCALIZAÇÃO

Artigo 12- O órgão municipal responsável pela conservação e manutenção das estradas deverá efetuar vistorias, para averiguar seu estado de conservação, suas necessidades e acompanhando as obras em andamento.

Artigo 13- Cabe ao Departamento de Obras realizar as autuações de notificações/infração em casos de descumprimento desta Lei.

TÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Artigo 14- Pelo descumprimento ou infrigência a qualquer dos ditames desta Lei, serão aplicados aos proprietários, arrendatários, parceiros ou usuários a qualquer título, e agroindústrias, as seguintes penalidades, independentemente de ação de ressarcimento das despesas e de indenização dos prejuízos causados:

I- advertência por escrito acompanhada de notificação para correção das irregularidades constatadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

II- multa no valor de R$ 372,44 (trezentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) corrigidas pelo IPCA;

III- no caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro e sempre cumulativamente em relação às infrações cometidas, independentemente do ano de exercício.

Parágrafo Único- O não pagamento das multas/infrações no prazo estipulado, ensejará em inscrição na Dívida Ativa e, após, em Execução Fiscal.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 15- As culturas anuais e perenes deverão obedecer um recuo mínimo da faixa da estrada, proporcionalmente ao tamanho de seus equipamentos, de maneira a garantir espaço suficiente para as manobras dos mesmos.

Artigo 16- As construções civis, a serem feitas a partir da vigência desta Lei, deverão obedecer a um recuo mínimo de 15 (quinze) metros, contados do eixo central da pista de rolamento das estradas.

Artigo 17- Não será permitido, sob qualquer hipótese, nenhuma forma de obstáculo, salvo as obras técnicas conservacionistas de condução de águas pluviais.

Artigo 18- Os recursos provenientes da aplicação das multas e doações em geral serão usados para a Conservação de Estradas Rurais.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 19- A Prefeitura deverá atualizar o Mapa da malha viária a cada 5 (cinco) anos, a contar do ano da publicação desta Lei.

Artigo 20- A fiscalização e orientação para o cumprimento desta Lei ficarão a cargo dos Departamentos de Obras e Agricultura do Município, permitida a interveniência do Estado através do Escritório Regional de Agricultura.

Artigo 21- O proprietário, parceiro ou arrendatário que infringir as normas estabelecidas nesta Lei, não terá direito a usufruir das orientações técnicas da Prefeitura Municipal em questões relativas ao desenvolvimento agropecuário.

Artigo 22- Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, para execução do Programa " Melhor Caminho", nos termos do Decreto Estadual n.º 41.721 de 17 de abril de 1997.

Artigo 23- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 24- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 313 de 03 de novembro de 1999.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de Abril de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro de editais da portaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 375 DE 22 DE MARÇO DE 2001

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a renovar contrato de locação (conforme minuta em anexo) do imóvel sito à Rua Maurício de Nassau, n.º 44, Centro, Holambra, com fim específico de servir de sede da Prefeitura Municipal, nos termos da minuta constante do Anexo Único desta lei.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses, a contar de 02 de janeiro de 2.001 a 02 de janeiro de 2.002, prorrogável por igual período sendo o valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), corrigidos anualmente pelo IGPM, índice Geral de Preços do mercado ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Março de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 377 DE 22 DE MARÇO DE 2001

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO PARA FINS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a renovar contrato de locação (conforme minuta em anexo) do imóvel sito a Rua Ignácio Fonseca, s/nº, Centro, Holambra, com fim específico de cessão ao Governo do Estado de São Paulo, para sede do Destacamento da Polícia Militar do Município, nos termos da minuta constante do Anexo Único desta Lei.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro de 2.001 a 31 de dezembro de 2.001, prorrogável por igual período sendo o valor de R$ 6.960,00 (Seis mil, novecentos e sessenta reais), corrigidos anualmente pelo IGPM, índice Geral de Preços do mercado ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6º -Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Março de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 376 DE 22 DE MARÇO DE 2001

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DESTACAMENTO DA POLÍCIA CIVIL NO MUNICÍPIO PARA FINS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a renovar contrato de locação (conforme minuta em anexo) do imóvel situado a Rua Jorge Latour, nº 39, Centro, Holambra, com fim específico de cessão ao Governo do Estado de São Paulo, para sede do Destacamento da Polícia Civil do Município, nos termos da minuta constante do Anexo Único desta Lei.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro de 2.001 a 31 de dezembro de 2.001, prorrogável por igual período sendo o valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), corrigidos anualmente pelo IGPM, índice Geral de Preços do mercado ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6º -Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Março de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 374 DE 22 DE MARÇO DE 2001

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR A CRECHE MUNICIPAL "FAVO DE MEL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a renovar contrato de locação (conforme minuta em anexo) do imóvel situado na estrada Municipal, lote 04/09, bairro Fundão, Holambra, com fim específico de servir de sede da Creche Municipal "Favo de mel", nos termos da minuta constante do Anexo Único desta lei.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 01 (um) ano a contar de 02 de janeiro de 2.001 a 02 de janeiro de 2.002, prorrogável por igual período sendo o valor de R$ 6.720,00 (Seis mil setecentos e vinte reais), corrigidos anualmente pelo IGPM, índice Geral de Preços do mercado ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de março de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 375 DE 22 DE MARÇO DE 2001

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a renovar contrato de locação (conforme minuta em anexo) do imóvel sito à Rua Maurício de Nassau, n.º 44, Centro, Holambra, com fim específico de servir de sede da Prefeitura Municipal, nos termos da minuta constante do Anexo Único desta lei.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses, a contar de 02 de janeiro de 2.001 a 02 de janeiro de 2.002, prorrogável por igual período sendo o valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), corrigidos anualmente pelo IGPM, índice Geral de Preços do mercado ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Março de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 376 DE 22 DE MARÇO DE 2001

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DESTACAMENTO DA POLÍCIA CIVIL NO MUNICÍPIO PARA FINS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a renovar contrato de locação (conforme minuta em anexo) do imóvel situado a Rua Jorge Latour, nº 39, Centro, Holambra, com fim específico de cessão ao Governo do Estado de São Paulo, para sede do Destacamento da Polícia Civil do Município, nos termos da minuta constante do Anexo Único desta Lei.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro de 2.001 a 31 de dezembro de 2.001, prorrogável por igual período sendo o valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), corrigidos anualmente pelo IGPM, índice Geral de Preços do mercado ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6º -Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Março de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 377 DE 22 DE MARÇO DE 2001

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO PARA FINS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a renovar contrato de locação (conforme minuta em anexo) do imóvel sito a Rua Ignácio Fonseca, s/nº, Centro, Holambra, com fim específico de cessão ao Governo do Estado de São Paulo, para sede do Destacamento da Polícia Militar do Município, nos termos da minuta constante do Anexo Único desta Lei.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro de 2.001 a 31 de dezembro de 2.001, prorrogável por igual período sendo o valor de R$ 6.960,00 (Seis mil, novecentos e sessenta reais), corrigidos anualmente pelo IGPM, índice Geral de Preços do mercado ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6º -Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Março de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 373 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DA POLÍCIA CIVIL EM USO NO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO,** Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Segurança Pública, objetivando a execução dos serviços de reparos e manutenção das viaturas da Polícia Civil, inclusive fornecimento de peças de reposição.

Artigo 2º - As condições serão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o Estado e o Município.

Artigo 3º - O valor do convênio será de R$ 3.600,00 ao ano.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 02.05.063.01742.08-3132.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra,28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra , na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 372 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR EM USO NO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO,** Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Segurança Pública, objetivando a execução dos serviços de reparos e manutenção das viaturas da Polícia Militar inclusive fornecimento de peças de reposição.

Artigo 2º - As condições serão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o Estado e o Município.

Artigo 3º - O valor do convênio será de R$ 3.600,00 ao ano.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 2.1.030.7212.02-3132.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 371 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PRORROGAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, PARA O FIM QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO,** Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Segurança Pública, na forma do Decreto nº 36.763 de 12.05.1993 e cláusula Quarta do Termo de Convênio anexo, visando a instalação e manutenção de Unidade da Polícia Militar em imóvel cedido pelo Município

Artigo 2º - As condições de instalação e manutenção de Unidade da Polícia Militar serão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o Estado e o Município, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 1º, observadas as normas genéricas contidas na minuta padrão do citado decreto

Artigo 3º - O valor da prorrogação será de R$ 21.930,00 (Vinte e um mil, novecentos e trinta reais) com validade de 01 de Janeiro de 2001 a 29 de Maio de 2002.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 02.01.030.7212.02-3132.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Janeiro de 2001.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 370 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PRORROGAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, PARA O FIM QUE ESPECIFÍCA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Segurança Pública, na forma do Decreto n.º 36.763, de 12 de maio de 1.993 e cláusula Quarta, do Termo de Convênio anexo, visando a instalação e manutenção de unidade da Polícia Civil em imóvel cedido pelo Município.

Artigo 2º - As condições de instalação e manutenção de unidade da Polícia Civil serão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o Estado e o Município, na forma do disposto do artigo 1º do convênio, observadas as normas genéricas contidas na minuta padrão do citado decreto.

Artigo 3º - O valor da prorrogação será de R$ 21.107,34 (Vinte e um mil, cento e sete reais e trinta e quatro centavos), com validade de 01 de janeiro de 2.001 até 29 de junho de 2.002.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 02.05.063.01.742.008-3132.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 369 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PRORROGAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NAS VIATURAS EMPREGADAS NO SERVIÇO POLICIAL MILITAR LOCAL.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Segurança Pública, na forma do Decreto n.º 36.763, de 12 de maio de 1.993, inciso I e a cláusula Quarta do termo de convênio, para o fornecimento de combustível pelo Município, para uso nas viaturas empregadas pela Polícia Militar nos serviços policiais locais.

Artigo 2º - As condições e quantidades de combustível a ser fornecido estão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o estado e o Município, na forma de disposto no artigo 1º, observadas as normas genéricas contidas na minuta padrão do citado Decreto.

Artigo 3º - O valor do convênio será de R$ 9.278,46 (nove mil, duzentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos)ao ano, com validade de 01 de janeiro de 2.001 até 29 de maio de 2.002.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 2.5.063.01.742.008-3120

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 368 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PRORROGAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NAS VIATURAS EMPREGADAS NO SERVIÇO POLICIAL CIVIL LOCAL.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Segurança Pública, na forma do Decreto n.º 36.763, de 12 de maio de 1.993, inciso I e a cláusula Quarta do termo de convênio, para o fornecimento de combustível pelo Município, para uso nas viaturas empregadas pela Polícia Civil nos serviços policiais locais.

Artigo 2º - As condições e quantidades de combustível a ser fornecido estão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o estado e o Município, na forma de disposto no artigo 1º, observadas as normas genéricas contidas na minuta padrão do citado Decreto.

Artigo 3º - O valor do convênio será de R$ 4.691,56 (quatro mil, seiscentos e noventa e um reais e cinqüenta e seis centavos) ao ano, com validade de 01 de janeiro de 2.001 até 29 de maio de 2.002.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 57.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 2.1.03.07.212.02-3120.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 367 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR COM A SUCEN - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTOLE DE ENDEMIAS,TERMO DE PERMISSÃO E USO, VISANDO A REGULARIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA AO MUNICÍPIO DE 01 (UM) VEÍCULO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PLANO DE ERRADICAÇÃO DO AEDES AEGYPTS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Permissão e Uso, (conforme minuta anexa), visando a transferência de 01 Veículo para o desenvolvimento das atividades do Plano de Erradicação do Aedes Aegypts no Município.

Artigo 2º - As condições de permissão e uso serão estabelecidas conforme o Termo de Permissão e Uso, que vigorará pelo prazo de 5 anos, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, desde que justificado.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias, complementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de agosto de 2.000.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 366 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O *INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO FUTEBOL BRASILEIRO- IAFB* PARA O FIM QUE ESPECIFÍCA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio (minuta padrão em anexo) com o *Instituto de Assistência ao Futebol Brasileiro - IAFB, com* o objetivo de criação manutenção de escola de futebol visando à iniciação e aperfeiçoamento na prática desportiva do futebol, no aprendizado de noções básicas de línguas estrangeiras (inglês e espanhol), de cultura e de conhecimentos gerais e de moral e cívica para crianças e adolescentes residentes nesta cidade, em área cedida pela Prefeitura e especialmente destina para este fim.

Artigo 2º - As condições para a instalação e manutenção da citada Escola de Futebol, serão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o Município e o *Instituto de Assistência ao Futebol Brasileiro - IAFB*, conforme a inclusa minuta padrão.

Artigo 3º - O citado convênio irá vigorar pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, se convier a ambas as partes.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 4° - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 5.2.08462232.023000.

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambr

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-13
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.° 365 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INTEGRAR A *ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO SUSTENTADO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ* E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a integrar, em conjunto com outros Municípios interessados, a *Associação Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Integrado Sustentado das Bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí* (estatuto em anexo)para, dentre outros objetivos, planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas destinadas a promover, melhorar e controlar e desenvolvimento integrado rural sustentável nos municípios localizados nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar, de criação de fontes de empregos e renda e de apoio à organização e bem estar das comunidades rurais, nos termos dos estatutos, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Artigo 2° - É concedida isenção de tributos municipais que incidam ou venham a incidir sobre os bens, atos ou serviços da Associação.

Artigo 3° - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, correspondente a cota de contribuição durante 2001, e abrir créditos específicos para suprir verbas de despesas correntes e de participação em programas específicos, no corrente exercício de 2001 e nos próximos anos.

Parágrafo Único - Os recursos para cobertura do crédito especial a ser aberto são os provenientes da dotação 8.2.04.160802.029000-3132.

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.° 364 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001

Revoga Lei nº 234 de 30 de Dezembro de 1996.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica revogada a Lei nº 234 de 30 de Dezembro de 1.996, que estabelece benefícios de isenção a loteamentos de vulto.

Artigo 2° - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.° 364 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001

Revoga Lei n° 234 de 30 de Dezembro de 1996.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica revogada a Lei n° 234 de 30 de Dezembro de 1.996, que estabelece benefícios de isenção a loteamentos de vulto.

Artigo 2° - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-132
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 365 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INTEGRAR A *ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO SUSTENTADO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ* E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a integrar, em conjunto com outros Municípios interessados, a *Associação Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Integrado Sustentado das Bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí* (estatuto em anexo)para, dentre outros objetivos, planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas destinadas a promover, melhorar e controlar e desenvolvimento integrado rural sustentável nos municípios localizados nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar, de criação de fontes de empregos e renda e de apoio à organização e bem estar das comunidades rurais, nos termos dos estatutos, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Artigo 2º - É concedida isenção de tributos municipais que incidam ou venham a incidir sobre os bens, atos ou serviços da Associação.

Artigo 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, correspondente a cota de contribuição durante 2001, e abrir créditos específicos para suprir verbas de despesas correntes e de participação em programas específicos, no corrente exercício de 2001 e nos próximos anos.

Parágrafo Único - Os recursos para cobertura do crédito especial a ser aberto são os provenientes da dotação 8.2.04.160802.029000-3132.

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLÉA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 366 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O *INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO FUTEBOL BRASILEIRO- IAFB* PARA O FIM QUE ESPECIFÍCA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio (minuta padrão em anexo) com o *Instituto de Assistência ao Futebol Brasileiro - IAFB, com* o objetivo de criação manutenção de escola de futebol visando à iniciação e aperfeiçoamento na prática desportiva do futebol, no aprendizado de noções básicas de línguas estrangeiras (inglês e espanhol), de cultura e de conhecimentos gerais e de moral e cívica para crianças e adolescentes residentes nesta cidade, em área cedida pela Prefeitura e especialmente destina para este fim.

Artigo 2º - As condições para a instalação e manutenção da citada Escola de Futebol, serão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o Município e o *Instituto de Assistência ao Futebol Brasileiro - IAFB*, conforme a inclusa minuta padrão.

Artigo 3º - O citado convênio irá vigorar pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, se convier a ambas as partes.

Artigo 4° - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 5.2.08462232.023000.

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 367 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR COM A SUCEN - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTOLE DE ENDEMIAS,TERMO DE PERMISSÃO E USO, VISANDO A REGULARIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA AO MUNICÍPIO DE 01 (UM) VEÍCULO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PLANO DE ERRADICAÇÃO DO AEDES AEGYPTS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - *Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar* Termo de Permissão e Uso, (conforme minuta anexa), visando a transferência de 01 Veículo para o desenvolvimento das atividades do Plano de Erradicação do Aedes Aegypts no Município.

Artigo 2º - As condições de permissão e uso serão estabelecidas conforme o Termo de Permissão e Uso, que vigorará pelo prazo de 5 anos, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, desde que justificado.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias, complementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de agosto de 2.000.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 368 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PRORROGAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NAS VIATURAS EMPREGADAS NO SERVIÇO POLICIAL CIVIL LOCAL.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Segurança Pública, na forma do Decreto n.º 36.763, de 12 de maio de 1.993, inciso I e a cláusula Quarta do termo de convênio, para o fornecimento de combustível pelo Município, para uso nas viaturas empregadas pela Polícia Civil nos serviços policiais locais.

Artigo 2º - As condições e quantidades de combustível a ser fornecido estão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o estado e o Município, na forma de disposto no artigo 1º, observadas as normas genéricas contidas na minuta padrão do citado Decreto.

Artigo 3º - O valor do convênio será de R$ 4.691,56 (quatro mil, seiscentos e noventa e um reais e cinqüenta e seis centavos) ao ano, com validade de 01 de janeiro de 2.001 até 29 de maio de 2.002.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo

Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 2.1.03.07.212.02-3120.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 369 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PRORROGAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NAS VIATURAS EMPREGADAS NO SERVIÇO POLICIAL MILITAR LOCAL.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Segurança Pública, na forma do Decreto n.º 36.763, de 12 de maio de 1.993, inciso I e a cláusula Quarta do termo de convênio, para o fornecimento de combustível pelo Município, para uso nas viaturas empregadas pela Polícia Militar nos serviços policiais locais.

Artigo 2º - As condições e quantidades de combustível a ser fornecido estão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o estado e o Município, na forma de disposto no artigo 1º, observadas as normas genéricas contidas na minuta padrão do citado Decreto.

Artigo 3º - O valor do convênio será de R$ 9.278,46 (nove mil, duzentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos)ao ano, com validade de 01 de janeiro de 2.001 até 29 de maio de 2.002.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 2.5.063.01.742.008-3120

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

17

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 370 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PRORROGAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, PARA O FIM QUE ESPECIFÍCA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Segurança Pública, na forma do Decreto n.º 36.763, de 12 de maio de 1.993 e cláusula Quarta, do Termo de Convênio anexo, visando a instalação e manutenção de unidade da Polícia Civil em imóvel cedido pelo Município.

Artigo 2° - As condições de instalação e manutenção de unidade da Polícia Civil serão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o Estado e o Município, na forma do disposto do artigo 1° do convênio, observadas as normas genéricas contidas na minuta padrão do citado decreto.

Artigo 3° - O valor da prorrogação será de R$ 21.107,34 (Vinte e um mil, cento e sete reais e trinta e quatro centavos), com validade de 01 de janeiro de 2.001 até 29 de junho de 2.002.

Artigo 4° - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 02.05.063.01.742.008-3132.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.001.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 371 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PRORROGAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, PARA O FIM QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO,** Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Segurança Pública, na forma do Decreto nº 36.763 de 12.05.1993 e cláusula Quarta do Termo de Convênio anexo, visando a instalação e manutenção de Unidade da Polícia Militar em imóvel cedido pelo Município

Artigo 2º - As condições de instalação e manutenção de Unidade da Polícia Militar serão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o Estado e o Município, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 1º, observadas as normas genéricas contidas na minuta padrão do citado decreto

Artigo 3º - O valor da prorrogação será de R$ 21.930,00 (Vinte e um mil, novecentos e trinta reais) com validade de 01 de Janeiro de 2001 a 29 de Maio de 2002.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 02.01.030.7212.02-3132.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Janeiro de 2001.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 372 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR EM USO NO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO,** Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Segurança Pública, objetivando a execução dos serviços de reparos e manutenção das viaturas da Polícia Militar inclusive fornecimento de peças de reposição.

Artigo 2º - As condições serão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o Estado e o Município.

Artigo 3º - O valor do convênio será de R$ 3.600,00 ao ano.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 2.1.030.7212.02-3132.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 373 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DA POLÍCIA CIVIL EM USO NO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO,** Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Segurança Pública, objetivando a execução dos serviços de reparos e manutenção das viaturas da Polícia Civil, inclusive fornecimento de peças de reposição.

Artigo 2º - As condições serão estabelecidas no convênio a ser assinado entre o Estado e o Município.

Artigo 3º - O valor do convênio será de R$ 3.600,00 ao ano.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou através da abertura de créditos adicionais, que o Executivo Municipal fica autorizado a abrir, devendo ser nesse caso, consignados nos orçamentos futuros, recursos em dotações próprias, para a mesma finalidade, que onerarão o item 02.05.063.01742.08-3132.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra,28 de Fevereiro de 2001.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra , na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria